



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PRODERE**

**POLÍTICAS SOCIAIS E AGLOMERAÇÃO RURAL NO
LAGO DO LIMÃO – IRANDUBA/AM**

MAGALY BRICENO LOPES

Manaus

2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PRODERE**

MAGALY BRICENO LOPES

**POLÍTICAS SOCIAIS E AGLOMERAÇÃO RURAL NO
LAGO DO LIMÃO – IRANDUBA/AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional. Linha de pesquisa: População e Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira

Co-orientador: Prof. Dr. Luiz Roberto Coelho Nascimento

Manaus

2010

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAM

L864p Lopes, Magaly Briceno
Políticas sociais e aglomeração rural no Lago do Limão – Iranduba/AM
/ Magaly Briceno Lopes. - Manaus, AM : UFAM, 2010.
110 f.: il. ; 30 cm

Inclui referências.

Dissertação (Mestre em Desenvolvimento Regional). Universidade
Federal do Amazonas. Orientador: Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira.

1. Desenvolvimento econômico regional 2. Iranduba (AM) - Condições
econômicas 3. Iranduba (AM) - Condições sociais 4. Comunidades rurais –
Iranduba (AM) I. Nogueira, Ricardo José Batista (Orient.) II. Título

CDU (2007): 332.1 (811.3)(043.3)

MAGALY BRICENO LOPES

**POLÍTICAS SOCIAIS E AGLOMERAÇÃO RURAL NO
LAGO DO LIMÃO – IRANDUBA/AM**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional. Linha de pesquisa: População e Desenvolvimento Regional

Aprovada em 16 de dezembro de 2010

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira (orientador)
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof. Dr. Manuel Masulo Jesus da Cruz
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof. Dr. Nelcionei José de Souza Araújo
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Dedico este trabalho, aos meus pais pela educação ofertada, ao meu marido Regino e ao meu filho Lucas Briceno pela paciência que me foi dedicada.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus, pela oportunidade de cursar um Mestrado, algo que me parecia tão distante...

Aos meus pais, que tanto se esforçaram para me fornecer uma boa educação.

Ao meu filho Lucas, companheiro das madrugadas em claro.

Ao Prof. Dr. Ricardo José, mestre ao qual devo muito respeito pela contribuição na minha formação profissional desde a Graduação até o Mestrado.

Ao Prof. Dr. Luiz Roberto, que me auxiliou nos caminhos desta pesquisa, e apresentou uma grande disposição e paciência para ensinar-me.

Aos professores Masulo, Amélia Regina, Mauro Thury, Pery Teixeira, Andréia Brasil que contribuíram para a minha formação profissional e toda paciência tiveram em me atender nas diversas demandas.

A FAPEAM, pela concessão da Bolsa, sem a qual inviabilizaria a dedicação aos estudos.

Ao Sr. Adjalma, funcionário do IBGE, que me disponibilizou dados sobre o Lago do Limão.

Aos colegas de Mestrado, com os quais partilhei conhecimentos e criei laços de amizade.

A todos os sujeitos sociais, habitantes do Lago do Limão, que se dispuseram a participar da pesquisa.

RESUMO

Alguns municípios do Amazonas têm experimentado crescimento populacional nos últimos anos. Dentre os quais, Iranduba, com um incremento populacional de 72,89% durante o período 1991-2000. Neste município destaca-se o distrito do Lago do Limão, que apesar de não apresentar desenvolvimento econômico, tem experimentado, conforme verificação “in loco”, um crescimento populacional nos últimos 40 anos. Dessa forma, supõe-se que o crescimento deste distrito não está associado ao crescimento econômico, mas sim a políticas de transferência de renda, tais como a Bolsa – Família, aposentadorias, pensões, Benefício de Prestação Continuada (BPC), além da infraestrutura mínima oferecida como escola, posto de Saúde, dentre outras. Nesse sentido, após a aplicação de formulários, realizou-se uma análise de correspondência no sentido de verificar se de fato estas variáveis contribuem para a decisão de migrar para o interior do aglomerado, bem como se confrontou as rendas auferidas de atividades produtivas com rendas compostas por transferências de renda, no intuito de verificar se as com transferências são maiores que as rendas das atividades produtivas. Por meio destes métodos conclui-se que os fatores tranquilidade e educação foram determinantes na decisão de migrar, no entanto, os benefícios sociais não estão associados a tal decisão. A resposta em relação aos fatores que determinaram a migração refutam as hipóteses neoclássicas, nas quais o indivíduo migra em busca de oportunidades econômicas. Contudo, as migrações do Lago do Limão para Manaus, indubitavelmente, confirmam tais teorias, posto que a população sai do aglomerado rural rumo a cidade em busca de oportunidades econômicas ofertadas por esta. Além disso, a renda familiar composta por benefícios sociais demonstrou-se ser maior que as atividades de caráter rural sem benefícios sociais, pressupondo uma preferência a receber benefícios do que produzir. As aposentadorias destacam-se como principal fonte de renda familiar. Depreende-se desse estudo a importância dos benefícios sociais nas economias que apresentam baixo dinamismo, posto que no Lago do Limão, reduziram-se significativamente as famílias sem rendimento após a implantação do PBF. Importa ressaltar, que conforme o IBGE, o Lago do Limão apresentou declínio em seu contingente populacional no período 2000-2007, refutando a hipótese de crescimento. Contudo, verificou-se a sua expansão espacial, atribuída ao as “famílias novas” que demandaram novas residências. As famílias que habitam o Lago do Limão, em sua maior parte, praticam extrativismo e pesca para o autoconsumo, além disso, afirmam alta satisfação em residir no aglomerado. Enfim, é necessário discutir a manutenção da população em áreas rurais, devido à oferta de uma infraestrutura básica, tais como educação e saúde, além dos programas de transferência de renda, o que de certa forma contribui para uma sustentabilidade espacial, ou seja, redução na pressão demográfica das grandes cidades.

Palavras – chave: rural; transferências de renda; infraestrutura; famílias.

ABSTRACT

Some municipalities of Amazonas have experienced population growth in recent years. Among which, Iranduba, with a population increase of 72.89% over the period 1991-2000. In this town stands the district of Lake Lemon, who despite not provide economic development, has experienced as verified on the spot, a population growth over the past 40 years. Thus, it is assumed that the growth of this district is not related to economic growth, but the income transfer policies, such as the Bolsa - Family, pensions, Cash Benefit (BPC), beyond the minimal infrastructure offered as schools, health clinics, among others. Accordingly, after the application of form, held a correspondence analysis in order to verify whether in fact these variables contribute to the decision to migrate to the interior of the cluster, and confronted the incomes earned from productive activities with revenue comprised for income transfers in order to check whether the transfers are higher than the rents of productive activities. By these methods it is concluded that the factors tranquility and education were crucial in the decision to migrate, however, the benefits are not associated with any such decision. The answer in relation to the factors that determined the migration refute the neoclassical hypotheses in which the individual migrates in search of economic opportunities. However, migration from Lake Lemon to Manaus undoubtedly confirm such theories, since the population leaves the rural village towards the city in search of economic opportunities offered by it. Moreover, the income consists of social benefits proved to be greater than the activities of a rural social benefits without assuming a preference to receive benefits than produce. Pensions stand out as the main source of income. It appears from this study the importance of social benefits in economies that have low momentum, since at Lake Lemon, declined significantly families without income after the implementation of GMP. It should be emphasized that according to the IBGE, the Lake Lemon showed decline in their overall population in the 2000-2007 period, refuting the hypothesis of growth. However, there was space to expand, attributed to the "new families" that required new homes. The families that inhabit Lake Lemon, for the most part, they practice fishing and extraction for consumption, in addition, state high resident satisfaction in the cluster. Anyway, it is necessary to discuss the maintenance of the population in rural areas, due to availability of basic infrastructure such as education and health, in addition to income transfer programs, which somehow contributes to a sustainable space, in other words, reduction in population pressure in large cities.

Key - words: rural income transfers; infrastructure; families.

LISTA DE FIGURAS

	P
01 – Escola de Nível Médio	49
02 – Posto Médico	49
03 – Pavimentação em ruas principais	50
04 - Paisagem exuberante - Lago do Limão no período de cheia	51
05 - Lago do Limão: Localidades da amostra intencional	54
06 – Ano 1997	66
07 - Ano 2010	66
08 – Ano 1997	67
09 – Ano 2010	67
10 – Mapa de correspondência do Motivo vs Renda	71

LISTA DE GRÁFICOS

	p.
01 – Incremento populacional por áreas rural e urbana – 1991 – 2007	58
02– Transferências Correntes – Iranduba 2009	60
03 – Grupos etários	65
04 – Tipo de residência	68
05 – População em relação à situação de domicílio – Brasil	69
06 – Recebimento de benefícios pelas famílias entrevistadas	74
07 – Tipo de benefício recebido – Lago do Limão, 2010	75
08 – Principal fonte de renda familiar	76

LISTA DE TABELAS

	P.
01 - Matriz de Correspondência	41
02 – Predomínio da ruralidade	47
03 – Mercado de trabalho formal de Iranduba incipiente	58
04 – Orçamento Fiscal do Município de Iranduba – 2010	61
05 – Razão de dependência	65
06 - Análise descritiva das variáveis Motivo vs Renda e teste de hipótese de associação significativa	72
07 - Representatividade das aposentadorias, pensões ou BPC na composição renda familiar – Lago do Limão, 2010	75
08 - Representatividade do PBF na composição renda familiar	75
09 – Praticam agricultura e recebem algum tipo de benefício social	77
10 – Principal motivo para desistir da agricultura	78
11 – Média de ganhos conforme categorias de análise	79
12 – Medidas de Tendência Central – Ganhos em R\$	79
13 – Quantidade de fontes de renda por família	80
14 – Renda per capita e classificação do IPEA	82
15 – Rendimento nominal familiar	82
16 – Prática da agricultura: modalidade e modos policultural ou monocultural	85
17– Local para comercialização de excedentes dos produtores agrícolas	85
18 - Relação homem versus meio ambiente Lago do Limão	86
19 – Nível de satisfação com a Comunidade	87

LISTA DE QUADROS

	p.
01 – Quantidade de amostras por área	55
02 – População residente em Iranduba nas áreas urbana e rural	57
03 – Comparativo Benefícios versus Transferências – Iranduba 2009	61
04 – Total de habitantes com percepção de benefícios	62
05 – Comparação entre arrecadação e benefícios pagos em 2009 - Iranduba	62
06 – População residente Lago do Limão	66
07 – Procedência dos migrantes do Lago do Limão	70
08 – Motivos para migrar para o aglomerado	70
09 – Quanto aos benefícios sociais	71
10 – Fontes de renda em salários mínimos	81
11 – Quantidade de produtores por cultura	87

LISTA DE SIGLAS

ACS – Análise de Correspondência Simples

BPC – Benefício de Prestação Continuada

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPVA – Imposto sobre Propriedade Veículo Automotor

ISS – Imposto sobre Serviços

ITBI - Imposto Sobre Transmissão de Bens

Imóveis por Ato Oneroso "Inter Vivos"

ITR – Imposto sobre Propriedade Territorial Rural

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

PBF – Programa Bolsa Família

PIB – Produto Interno Bruto

PIM – Pólo Industrial de Manaus

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RMM – Região Metropolitana de Manaus

TCE – Tribunal de Contas do Estado

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo I – Marco teórico	21
1.1 – A Compreensão do Termo “Rural”	21
1.2 – A Categoria Analítica “ruralidade”	25
1.3 – Diversas Amazônias, Diversos rurais	27
1.4 – Migração: Um fenômeno antigo e dinâmico	30
1.5 – Breve histórico sobre a migração na Amazônia	33
1.6 – O Estado brasileiro e os programas de transferência de renda	35
Capítulo II – Método de Análise	39
2.1 – Análise de Correspondência	39
2.2 – Aglomeração e Fatores Concorrentes	43
2.3 - Lago do Limão: espaço rural ou urbano?	46
2.4 - Caracterização da área de estudo	48
2.5 – Estratégia e coleta de dados	52
Capítulo III – Um recorte sócioeconômico de Iranduba	57
3.1 – Iranduba e uma população essencialmente rural	56
3.2 – Iranduba e a representatividade das políticas de transferência de renda e previdência social	59
Capítulo IV – Resultados e discussões	64
4.1- O aglomerado rural do Lago do Limão e os aspectos demográficos	64
4.1.1 – Migrações para o aglomerado rural	69
4.2 – Benefícios sociais e atividades produtivas do Lago do Limão	72
4.3 - A relação homem-meio no Lago do Limão	83
Considerações Finais	89
Referências	92
ANEXOS	
Anexo 01 – Aprovação do Comitê de Ética	105
Anexo 02 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	106
Anexo 03 – Formulário de Pesquisa de Campo	107
Anexo 04 – Carta Imagem de Iranduba	111

INTRODUÇÃO

O município de Iranduba, distante 25 km de Manaus, em linha reta, está entre os oito municípios que compõem a Região Metropolitana de Manaus (RMM)¹. Entre os censos populacionais de 1991 e de 2000, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população desse município passou de 18.876 para 32.303 habitantes. Sem muito esforço estatístico, verifica-se um incremento populacional de 72,89% nesse período. Por meio deste confronto de dados, sem dúvida, mostra-se que a população cresceu significativamente. Isto resultou de uma combinação de fatores que engloba processos migratórios, alta taxa de natalidade, baixa taxa de mortalidade, entre outros fenômenos demográficos.

Certamente, o crescimento populacional sem a contrapartida do crescimento do produto interno bruto (PIB) gera desequilíbrio e problemas de desenvolvimento para qualquer economia, de modo que não seria diferente para o município de Iranduba. Comparando os 71% de aumento populacional no período 1991 – 2000, em relação à variação de 54% de seu PIB, no mesmo período, infere-se que o produto gerado no município não é suficiente para atender as necessidades básicas da população. Por conta desse desequilíbrio, pode-se identificar por meio de uma pesquisa de campo cuidadosa, um contingente de pessoas desocupadas ou subempregadas, conseqüentemente, com insuficiência de renda. Este quadro vindo a persistir, sem dúvida, os ciclos viciosos da

¹ A Região Metropolitana de Manaus foi criada por meio da Lei Complementar n° 52, de 30 de maio de 2007.

pobreza continuarão imperando sobre o ciclo virtuoso da riqueza, neutralizando qualquer esforço de desenvolvimento.

A debilidade econômica interfere diretamente no comportamento populacional, sobretudo na migração, motivada principalmente por fatores econômicos. Pessoas migram de regiões de pouco ou nenhum dinamismo econômico para regiões que sinalizam oportunidade de ocupação. Este fenômeno data desde a antiguidade, atravessou milênios, de modo que está presente nas sociedades modernas. Migrar é da natureza humana. No Amazonas, nos últimos cem anos, verificou-se um alto crescimento populacional, respondido por uma parcela importante do processo migratório ocorrido no plano intrarregional e interregional. No passado, o fenômeno foi motivado principalmente pelo Ciclo da Borracha e em anos recentes, pelo crescimento do Pólo Industrial de Manaus. Além do eixo de atração que Manaus desempenha, os movimentos migratórios vêm ocorrendo, mas em pequena escala em alguns municípios do Amazonas.

O município de Iranduba, por exemplo, abriga no interior de seus limites, 78 comunidades rurais. Dentre elas, encontra-se a do “Lago do Limão”, distante 30 km por via terrestre da sede de Iranduba. É uma comunidade muito pobre e apresenta fragilidade em sua estrutura econômica, pois acumula baixo dinamismo em sua agricultura e no comércio. Apesar do empobrecimento econômico, curiosamente o “Lago do Limão” apresenta expansão em seu contexto demográfico e espacial. A partir deste crescimento, a comunidade rural adquire características de Aglomerado Rural Isolado², conforme classificação do IBGE para localidades determinadas.

² Localidade situada em área não definida legalmente como urbana e caracterizada por um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis e dispostos ao longo de uma via de comunicação (IBGE).

O quadro demográfico e espacial em que vem experimentando a Comunidade do “Lago do Limão”, nos últimos anos, não está associado ao próprio crescimento e desenvolvimento das atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas, mas a outros fenômenos pouco observados por pesquisadores atentos.

Ora, a formação de pequenos aglomerados populacionais na zona rural de um município pode estar relacionada, principalmente, a dinâmica econômica de uma ou mais atividades. Contudo, no “Lago do Limão”, não se observa impulso econômico relevante capaz de atrair muitas famílias para o seu entorno. Sua infraestrutura é simples, de modo que se restringe a 01 escola, 01 posto médico, algumas ruas pavimentadas, uma estrada que dá acesso à sede do município, energia elétrica e pequenos comércios. Além disso, conforme os depoimentos de moradores, a produção agrícola tem apresentado queda nos últimos anos.

Esse quadro, sem dúvida inquieta qualquer pesquisador social mais atento aos problemas regionais da Amazônia. Percebem-se nas caracterizações apresentadas, traços paradoxais que precisam ser estudados cuidadosamente, ou seja, uma pequena comunidade rural que não goza de desenvolvimento, mas consegue aglomerar várias famílias em um espaço determinado. Ora, levando-se em conta essa realidade, pode-se supor que a intervenção do Estado, por meio das Políticas Sociais, tais como as de previdência e assistência social, bem como a construção de uma pequena infraestrutura pública na área de saúde ou da educação pode ter concorrido para a mobilização de um processo de aglomeração. Em pesquisa realizada com o intuito de verificar a segurança/insegurança alimentar da comunidade do Limão e de outras, verificou-se esta possibilidade: uma grande quantidade de aposentados que optam por viver em áreas rurais (YUYAMA et al. 2007). Muitas vezes, podem-se encontrar duas ou mais famílias abrigadas em uma residência, vivendo de pequenos serviços de baixa remuneração, mas

contando com a aposentadoria dos pais para satisfazer parte de suas necessidades básicas. Galizoni et al. (2007), ao estudar a formação de aglomerações rurais em Minas Gerais, mostra esta tendência: de uma amostra de 60 famílias, apenas 5% não possuíam nenhum tipo de transferência de renda.

Pode-se encontrar realidade semelhante em várias comunidades no interior do Amazonas, de modo que o Lago do Limão parece não ser diferente. Isto justifica aprofundar uma discussão no sentido de saber se, de fato, os programas sociais têm levado muitas famílias a se abrigarem em pequenos núcleos rurais por conta da garantia mínima de renda e de infraestrutura pública. Assim, este estudo objetiva dar uma maior compreensão sobre a possibilidade de existir uma relação entre o fenômeno da aglomeração demográfica, recente, no Lago do Limão e os programas sociais de transferência de renda, tais como a “Bolsa Família” e Benefício de Prestação Continuada (BPC), bem como a concessão de aposentadorias e pensões, além da pequena infraestrutura existente. Especificamente, objetiva-se:

- a) Quantificar o número de famílias por residência morando no aglomerado rural, bem como identificar os tipos de benefícios que elas recebem do governo e confrontá-los com as outras fontes de renda que as logram com atividades produtivas.
- b) Realizar uma análise de correspondência entre as decisões de migrar para o interior do aglomerado rural em resposta a ampliação da renda familiar por conta dos programas sociais e da infraestrutura básica.

A resposta desses dois problemas de pesquisa permite compreender os motivos que levam a formação dos aglomerados rurais, em áreas desprovidas de considerável dinamismo econômico e de uma infraestrutura ampliada como é o caso do Lago do

Limão. Na atualidade, a migração interna brasileira não é somente dirigida para as regiões economicamente mais dinâmicas: fatores individuais também importam na escolha de novos lugares para se habitar (SACHSIDA et al., 2009).

Não obstante, convém assinalar que esta pesquisa não nega a urbanização que de fato ocorre no Estado do Amazonas, apenas ressalta a expansão de um aglomerado rural que mesmo apresentando fraco dinamismo econômico, recebe migrantes e se expande espacialmente.

Essa dissertação está estruturada em quatro capítulos, além desta introdução, que guarda o problema de pesquisa. No Capítulo I, é discutido o marco teórico. Neste sentido, toma-se como base de orientação as concepções acerca do conceito de rural. Dessa forma, reconhecem-se as especificidades dos rurais encontrados no Brasil, portanto, procura-se discutir o rural amazônico. Posteriormente, revisitam-se as concepções neoclássicas a respeito dos fatores que motivam a migração, bem como as perspectivas atuais acerca deste assunto. Por fim, definiu-se a postura em relação ao conceito de Estado nesta pesquisa, bem como se demonstra evidências empíricas na concessão de benefícios sociais e manutenção de pequenas economias.

Por sua vez, o Capítulo II traz o método de análise, ou seja, a infraestrutura analítica pautada numa relação entre formação de aglomerados e concessão de benefícios sociais. Para tal fim, desenvolveu-se uma Análise de Correspondência Simples, além de levantamento de dados por meio da aplicação de formulários de pesquisa para 80 famílias residentes no aglomerado rural e avaliaram-se seus resultados à luz de uma discussão pautada na senda da economia neoclássica. Reconhecem-se que os fatores aqui demonstrados nesta pesquisa, ou seja, os benefícios sociais e a infraestrutura ofertados pelo Estado, são importantes na formação e manutenção do aglomerado rural do Lago do Limão, contudo não são determinantes para esse processo,

posto que essa população possui um contexto histórico, social e um modo de vida, bem como outras características que devem ser levadas em conta para qualquer afirmação mais precisa.

No Capítulo III, de caráter mais amplo e complementar, discute-se, pautado nos dados disponíveis pelo Tesouro Nacional, a importância dos benefícios sociais no município de Iranduba, demonstrado por meio de uma comparação entre os recursos disponibilizados pelo Estado para o pagamento de benefícios sociais - oriundos de políticas de previdência social e de transferências de renda - e os recursos de caráter legal disponibilizados para esse município, ou seja, o FPM, importantes para manutenção de municípios com até 50.000 habitantes, durante o período de 01 de janeiro de 2009 a 01 de janeiro de 2010, posto que o mercado não consegue como instituição econômica, movimentar a economia destes.

No Capítulo IV, voltado para os resultados da pesquisa de campo, analisam-se os aspectos sócio-econômicos do Lago do Limão, a importância dos benefícios sociais na geração de renda, a relação homem meio, bem como os motivos que levam a migração para o aglomerado rural. Além do que reconhece-se o contexto da expansão do aglomerado apenas no contexto espacial, posto que esta apresenta saldo migratório negativo no período 2000-2007. Por fim, as considerações finais.

CAPÍTULO I - MARCO TEÓRICO

Este capítulo empenha-se em tratar do marco teórico. Sobre esta estrutura discussões se desenvolvem em três seções. A primeira seção dá conta das tentativas de definir o termo rural, na perspectiva de alguns autores, além da discussão em torno da categoria analítica ruralidade e o entendimento sobre o rural amazônico. A segunda discute os fatores de atração e repulsão da população que são determinantes no processo migratório. A terceira e última seção, trata de evidenciar a relação entre alguns programas sociais relevantes do Governo Federal e o dinamismo que estes promovem em pequenas economias no interior do Brasil.

1.1 A Compreensão do Termo “rural”

Conceituar um termo popular ou uma categoria analítica não é um simples exercício de palavras, mas requer um esforço intelectual que muitas das vezes atravessa o campo da interdisciplinaridade e da transversalidade. Com o termo Rural, essa dificuldade não é diferente. O IBGE (1996), por exemplo, para efeito de classificação das unidades políticas administrativas, compreende “Área Rural: área de um município externa ao perímetro urbano.” Neste conceito está implícito o esforço de separar uma região com grande acúmulo de atividades produtivas e culturais em estado de imensa aglomeração, de outra que comporta unidades de produção dispersa e com pouca diferenciação. É um conceito pouco enriquecedor, pois externa somente a idéia da dualidade rural-urbano. Portanto, não contribui para o debate em torno deste termo.

Autores de diferentes posturas teórico-ideológicas empreenderam esforços intelectuais na tentativa de explicar o rural. Mingione e Pugliese (1987), por exemplo, em uma ampla discussão teórica, enfatizam que a dicotomia urbano – rural tratada por Marx e Weber, não responde o que é rural. Ambos analisam esta dualidade somente na perspectiva da inserção do capitalismo no meio rural. É uma postura que contribui para minimizar este conceito, posto que se omitem os aspectos sociológicos importantes para a sua compreensão. A localização de indústrias em áreas rurais, devido ao baixo custo do fator mão-de-obra e abundância de matéria-prima, constitui exemplos que refutam esta dualidade. Em relação ao mercado de trabalho, o rural não representa somente atividade agrícola, e sim a diversificação de atividades, as quais atribuem à taxonomia de pluriatividade. Sendo assim, a dicotomia urbano-rural tende a desaparecer.

Grossi e Silva (1999), na mesma linha de Mingione e Pugliese, analisam o espaço rural brasileiro a partir da inserção de novas atividades em seu interior. Ao definir o rural brasileiro ressaltam a localização de indústrias em seus espaços, além de atividades de lazer, baseadas no turismo rural. Ao destacar estas características, o rural representa uma opção de moradia, devido ao simplificado acesso à casa própria para a população de baixa renda. Este cenário atual é classificado por estes como o “novo rural brasileiro”.

Contrapondo-se a essa perspectiva do “novo rural brasileiro”, Oliveira (2004), afirma que o rural brasileiro atual é composto por uma relação contraditória e conflituosa, ou seja, a existência de relações capitalistas e não capitalistas. Reconhece que de fato, o campo se industrializou, contudo, o campesinato apresenta fortalecimento e busca sua existência social e afirmação enquanto classe. Dessa forma, é mister não simplificar as relações sociais existentes no rural, que apresentam maior complexidade do que as afirmadas por Grossi e Silva.

No âmbito da construção de política de desenvolvimento rural, Navarro (2001) destaca o rural como um fenômeno de ampla heterogeneidade, dada à dimensão territorial do Brasil e por conta das diferenças regionais. Neste contexto, o rural brasileiro vai de regiões que experimentaram dinamismo tecnológico (modernização agrícola) e a intensificação econômica, até regiões que para o autor, parecem “dormitar” no atraso. Sendo assim, o conceito de rural vem sendo rediscutido na perspectiva sociológica, econômica e ecológica, de modo que o significado deixa para trás sua identificação como um espaço meramente agrícola. Para o autor, políticas de desenvolvimento rural devem contemplar as peculiaridades regionais do rural.

Também na ótica do desenvolvimento rural, Ortega (2007) analisa o rural brasileiro a partir de seu dinamismo, por tanto o diferencia da visão de sinônimo agrícola. Nesse sentido, o rural passa a ser dimensionado como espaço, e não como setor econômico. O rural a partir desta ótica é revalorizado, perspectiva que, conforme o autor, que contribui para o arrefecimento do êxodo rural, intenso em períodos passados.

Por sua vez, Ramos (2001) valoriza o rural a partir de políticas que contemplem o pequeno e médio produtor, posto que estes exploram a terra de forma não predatória. Critica o rural como sinônimo de atraso, que para o autor, possui enraizamento cultural. Nesse sentido, atribui à problemática do desenvolvimento rural à concentração fundiária, que impede a melhoria da qualidade de vida da população rural, posto que estas foram esquecidas pelas políticas desenvolvimentistas.

Osório e Siqueira (2001) ao ampliar o debate não trazem qualquer solução conceitual, mas enriquecem as discussões em torno da conceituação do rural no período a partir da segunda metade do século XX. Para os autores, o conceito deve contemplar os aspectos da realidade na qual está inserido, se utilizando do senso comum e da religião. Mesmo reconhecendo o espírito da globalização no meio rural, denominado de

o “novo rural brasileiro”, marcado pela diversificação de atividades, afirmam que a predominância das atividades agrícolas nestas áreas ainda pode ser encontrada em extensas regiões brasileiras. Sendo assim conceituá-lo vai depender da localidade a que se refere.

Na tentativa de contribuir no debate, Ponte (2004) repensa o conceito de rural a partir da relação de seus habitantes com a terra. O rural, a partir da perspectiva geográfica, corresponde um espaço construído socialmente. Nesse sentido a coletivização e a cooperação predominam, ainda que os laços entre comunidades rurais tenham se enfraquecido. A construção social do campo apresenta nesta análise a busca pela territorialização e a manutenção da população em áreas rurais.

Conceituar o rural num país de dimensões continentais como o Brasil, é um esforço intelectual de grande complexidade. Dada às diferenças regionais e inter-regionais que este país apresenta, o rural não pode ser pensado de maneira homogênea, a partir de critérios pouco reflexivos, tais como a predominância ou não de atividades agrícolas, a densidade demográfica, ou por meio da aglomeração e dispersão da população. A formação do espaço, seja ele urbano ou rural, visto da perspectiva geográfica, possui um processo histórico que precisa ser considerado (ENDLICH, 2006). A economia, o território, a sociedade e a cultura não são estáticos, de modo que se modificam no curso da história de um determinado lugar, por diversos fatores.

Nesse sentido, elementos meramente quantitativos podem comprometer a análise em torno do conceito de rural e se tornam “armadilhas metodológicas”. Especificidades locais devem ser consideradas. Tanto rural quanto urbano devem ser pensados a partir de múltiplas dimensões, não somente para efeito acadêmico, mas para a implementação de políticas de desenvolvimento adequadas a esses espaços. Critérios

estáticos apresentam dificuldade em externar a complexidade da questão e comprometem a aplicação adequada destas políticas (BERNADELLI, 2006).

Dessa forma, entende-se que o rural brasileiro é marcado por especificidades, de modo que cada região apresenta características peculiares neste espaço. Nesse sentido, diversos aspectos para a devida análise em torno de cada rural devem ser considerados, tais como, a própria identificação do indivíduo, ou seja, como este enxerga o espaço que habita, de modo rural ou urbano; o processo histórico, o modo de vida, a cultura, a relação com o meio ambiente, a economia, além da densidade demográfica, pressão antrópica, dentre outros. A partir destes elementos, diversos rurais serão encontrados e em distintos estágios de desenvolvimento.

Enfim, a complexidade deste debate, cria categorias analíticas que verificam a manifestação do modo de vida rural, denominadas ruralidades, que serão posteriormente discutidas.

1.2 – A Categoria Analítica “ruralidade”

A compreensão do termo rural abre espaços para geração de outras categorias analíticas, dentre as quais, atualmente amplamente debatida no meio acadêmico, é a “ruralidade”. Diversos autores discutem o conceito de rural por meio desta categoria. Carneiro (1998, 2002), por exemplo, afirma que as ruralidades se expressam de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos. As denominações acerca do rural não devem ser somente pensadas a partir da penetração do capitalismo no mundo urbano-industrial. Outros fatores, como os bens simbólicos e materiais, relações de solidariedade e afetividade que incluem práticas de revalorização familiar são conceitos culturais próprios do chamado “mundo rural” que devem também ser

considerados: “o rural expressa visão de mundo e valores distintos de acordo com o universo simbólico ao qual estão referidas, estando, portanto, sujeitas a reelaborações e apropriações diversas” (Carneiro, 1998, p.54).

Por sua vez, Wanderley (2000) analisa os espaços rurais a partir do contexto socioeconômico e ambiental. Avalia a ruralidade das sociedades modernas avançadas, especificamente a européia, enfatizando o fim do antagonismo rural – urbano: ambos os espaços de produção apresentam relações de complementaridade. O meio rural representa, na atualidade, um “valor indispensável”, em relação ao futuro das sociedades, por conta da funcionalidade em gerar a sobrevivência humana da própria economia, além de representar a disponibilidade dos recursos necessários. Nesse sentido, o rural perde definitivamente o termo pejorativo de atraso e se insere no mundo globalizado.

Sob a ótica sociológica, Karam (2004) não distingue rural de ruralidade, pois se investiga diversos aspectos, dentre os quais, socioculturais, econômicos e ecológicos. Sendo assim, analisa a ruralidade como “um modo de vida, com uma sociabilidade que é pertinente ao mundo rural, com relações internas específicas e diversas do modo viver urbano” (p. 306).

Para Lindner (2008), as ruralidades são carregadas de grande carga cultural e manifestadas por meio do apego às tradições, evidenciadas nas relações sociais da população e até na gastronomia e na economia do local. Essas ruralidades não se manifestam necessariamente em áreas rurais, mas também em pequenas cidades ou vilarejos.

Por fim, na Amazônia, as manifestações dessa ruralidade são evidenciadas. O meio rural, representa para seu habitante valor cultural, tranquilidade e relação de

respeito com o meio ambiente. A terra para o “ribeirinho”³ representa o valor de uso, o esforço nela contido. Dada a grande mobilidade nessa região, a moradia ou mesmo a visita aos espaços rurais remete a infância tranqüila de outros tempos. A ruralidade amazônica demonstra um rural próprio, específico e ao mesmo tempo diverso na Amazônia, a ser discutido na próxima seção.

1.3 – Diferentes Amazônias, diversos rurais

Reconhecendo as especificidades em torno do rural brasileiro, esta seção detém-se em discutir este conceito no contexto amazônico, na perspectiva de alguns autores que empreenderam esforços na tentativa de compreender as peculiaridades do rural nessa região.

As especificidades não se restringem ao plano inter-regional, mas também ao âmbito intrarregional. A Amazônia Oriental⁴, principalmente no que se refere ao Pará e norte do Mato Grosso, foi contemplada por projetos desenvolvimentistas que propiciaram a modernização da agricultura, ao passo que na Amazônia Ocidental⁵, salvo exceção de Rondônia e Roraima, ainda predomina a agricultura de modo tradicional. Sendo assim, ao abordar o rural amazônica, sob a perspectiva de alguns autores, será importante verificar o local que serviu de base para o estudo.

Lewis (1997), afirma que o rural do Estado do Amazonas é marcado por dois véis: primeiro, pela luta para a manutenção de um modo comunitário de viver e de uma economia de subsistência; segundo, por um esforço de se distanciar das normas

³ Termo utilizado para denominar o camponês da Amazônia, que mantém uma relação ampla com os rios da região. (LIMA, 2006)

⁴ Compreende os estados do Pará, oeste do Maranhão, norte do Mato Grosso, Tocantins.

⁵ Compreende os estados do Amazonas, Roraima, Rondônia, Acre e Amapá. É importante ressaltar que projetos de colonização em Roraima, Acre ampliaram a população rural desses Estados. Nos demais, principalmente no Amazonas, a Zona Franca de Manaus merece destaque no projeto desenvolvimentista.

camponesas de produção. Conforme o autor, esse Estado apresenta a luta por parte de seus habitantes rurais, do controle da terra e recursos naturais. Contudo, deve se ressaltar a ausência de políticas públicas voltadas para o setor agrário, além de outros fatores como a ausência de uma logística de transporte da produção que supra satisfatoriamente a pequena produção familiar, descapitalização dos pequenos produtores (PEREIRA, 2008; NASCIMENTO), baixa escolaridade do produtor, que a distância da aquisição e utilização de novas tecnologias, devido ao desconhecimento. Essas características implicam no baixo nível de produtividade, devido à utilização de métodos tradicionais no processo produtivo, tais como a queimada.

Contribuindo nessa perspectiva, Geipel e Neuburger (2005) em pesquisa realizada no Tocantins e Mato Grosso, analisam a mudança das funções campo-cidade na Amazônia, na qual o rural, devido à elevada migração campo cidade, passou a ofertar em menor quantidade alimentos para as áreas urbanas. É importante ressaltar que essa característica se contrapõe aos dados oficiais do IBGE, que informam que o Brasil, como um todo, é abastecido satisfatoriamente pela pequena propriedade familiar. Nesse sentido, o rural perde nesses Estados, principalmente no Mato Grosso, seu principal papel: fornecer alimentos para áreas urbanas. Sendo assim, campo e cidade perdem relações de complementaridade, representando mudanças ou perda de funções entre si.

Remetendo-se novamente ao rural do Estado do Amazonas, mesmo não tendo a preocupação de conceituar este termo, Witkoski (2007) tenta dar uma contribuição para a sua compreensão, quando caracteriza a região de seu estudo⁶: a predominância dos camponeses⁷ que são em sua maioria, polivalentes, por praticarem agricultura,

⁶ Compreende as seguintes microrregiões do Estado do Amazonas: Médio Amazonas, Médio Solimões, Alto Amazonas e Baixo Amazonas.

⁷ Para Chayanov (1974), o camponês é uma classe que exige uma teoria específica por possuir uma economia diferenciada: a prática de relações não-capitalistas e o predomínio da unidade de produção familiar, na qual a principal motivação para o trabalho é a de suprir as necessidades da família.

extrativismo animal e vegetal, criação, além de manterem uma forte relação com o meio ambiente, sendo seu trabalho e hábitos regidos – principalmente na várzea – pelo ciclo das águas (enchente, cheia, vazante, seca). A predominância de um modo de produção não capitalista no Amazonas – principalmente em ambiente de várzea -, conforme o autor se dá pelos seguintes motivos: o movimento cíclico das águas cria barreiras intransponíveis para o desenvolvimento de uma agricultura capitalista na várzea, e a proteção ao mundo “exógeno” que o varzeano possui, no qual o tempo de produção e tempo de trabalho⁸ são específicos, embora o camponês possua relação com o mercado, seja para a comercialização de seu excedente, ou para a aquisição de produtos necessários à produção e à própria sobrevivência. Contudo, não somente os fatores geográficos devem ser atribuídos à predominância da agricultura tradicional em ambiente de várzea, posto que a ausência de tecnologias voltadas à adaptação desse ambiente dificulta o aumento de sua produtividade.

Por sua vez, Hébette e Moreira (1996), ao analisar a situação social das áreas rurais amazônicas⁹, afirmam que este é sempre remodelado pelos migrantes, que trazem consigo sua cultura, práticas profissionais, suas aspirações e suas ambições, ao mesmo tempo em que se incorporam no novo meio social. Essa população encontra na Amazônia a dificuldade de se “fixar” por diversos motivos: a competição pela posse da terra, que quase sempre resultam em lutas sangrentas; as restrições ecológicas, tais como o solo¹⁰, a descapitalização; o isolamento e a penosidade do trabalho. Mesmo assim, a população rural na Amazônia cresce¹¹, característica que pode ser justificada por alguns fatores como o aumento, ainda que em pequena proporção, da migração

⁸ Para esta afirmação, Witkoski, menciona Marx, na obra *O Capital* (1980, p.252 e 254).

⁹ Os autores se referem à Amazônia Clássica.

¹⁰ Os solos amazônicos, em sua maioria latossolos, são considerados pelos IBGE, com potencial agrícola regular.

¹¹ Para esta afirmação o autor utilizou os dados do Censo (IBGE) de 1970, 1980 e 1990.

cidade campo, ou ainda pelo crescimento natural, ou seja, a predominância das taxas de natalidade sobre as taxas de mortalidade.

Sendo assim, percebe-se um rural amazônico composto por um misto de agricultura modernizada e tradicional, além da existência de outras atividades primárias importantes para a população que nele habita como o extrativismo, a pesca e a pecuária. Nesse rural, atividades ditas urbanas, como o comércio, indústria e serviços governamentais, ainda que em pequena escala, também estão presentes e contribuem para a fixação dessas populações em determinado espaço. A aparência de estático é enganosa. Nele novas configurações se remodelam, aglomerados populacionais se formam, ao mesmo tempo em que a Amazônia, por sua imensa extensão territorial, permite a dispersão entre as moradias e comunidades (NUNES, 2008).

Por fim, reconhece-se que o rural amazônico é caracterizado pela existência de fluxos migratórios de saída e de chegada, que se dão por diversos motivos.

1.4 – Migração: Um fenômeno antigo e dinâmico

Por migração, fenômeno datado desde a Antiguidade, entende-se o deslocamento de pessoas de um lugar para outro por determinados motivos. Diversos autores, das mais diversas áreas do conhecimento, tentaram explicar os principais fatores determinantes desse deslocamento, de modo que não traz ao estudo qualquer inovação ao tentar revê-lo didaticamente. No entanto, parece ser plausível rever sumariamente o que explica a migração na perspectiva de algumas escolas do pensamento econômico predominante, por meio de alguns autores.

Richardson (1981), por exemplo, em uma concepção neoclássica, analisa a migração na perspectiva da mobilidade de mão de obra. Mesmo assim, reconhece a

dificuldade em determinar os fatores que motivam essa mobilidade no interior das fronteiras de um país ou entre países, posto que o movimento não apresenta regularidade. Nesse sentido, divide as hipóteses teóricas em duas vertentes: os modelos deterministas, nos quais as taxas de migração são determinadas por condições objetivas e os indivíduos são tratados como agentes econômicos racionais; e modelos probabilísticos, que são mais flexíveis, pois admitem a ligação do indivíduo com a região, a inércia e o exercício da livre escolha por parte dos indivíduos. Por conta disto, leva a admitir três características comuns aos dois modelos, sendo estas, a distância entre os lugares de origem e de destino, as atratividades diferenciais das áreas tais como as melhores oportunidades econômicas e maiores salários; além da disponibilidade de informação dos migrantes em questão.

O modelo determinista, conforme Ricahrdson aponta como fatores de migração para fora da região, características internas a esta, como o nível de renda, a incidência da pobreza, o desemprego elevado e as oportunidades de ascensão social reduzida. Por sua vez, o modelo probabilístico reconhece que os diferenciais significativos de rendimentos entre a região de origem e a região de destino induzam a migração. Entretanto, critérios não econômicos podem ser levados em conta, tais como, a resistência à mudança, os riscos, a incerteza, a ligação cultural com a região, as relações de parentesco ou amizade em outras localidades, o estado conjugal e as responsabilidades familiares do migrante em questão, além do acúmulo de conhecimento e da informação sobre as oportunidades de emprego da região de destino, os diferenciais regionais na oferta de habitações, as comparações do lugar de origem e de destino em relação ao custo de serviços sociais, a existência ou não de facilidades de crédito para financiar as despesas com a migração, e por último, não menos importante, à distância, que determina os custos com a viagem.

Todaro (1981) não se mostra diferente, pois pautado na concepção neoclássica, advoga que a migração é motivada antes de tudo por fatores econômicos, agindo o indivíduo de modo racional. O salário “esperado” e as probabilidades de se conseguir um emprego são considerados na decisão de migrar, fator que explica a migração rural urbana, mesmo a cidade apresentando altas taxas de desemprego. Nessa perspectiva, o referido autor põe em segundo plano, fatores sociais, físicos, demográficos e culturais.

Considerando a probabilidade da obtenção de emprego, Damiani (2009) atribui as grandes correntes migratórias ao desenvolvimento do capitalismo, além de motivos políticos e econômicos conjunturais ou causas econômicas mais estruturais. Critica ainda, a atribuição da pressão demográfica como motivador da migração, posto que esta hipótese apresenta generalização. Por fim, a autora reconhece a dificuldade de se atribuir aos impulsos migratórios que podem ser simplesmente, por acúmulo de necessidades, desejos, sofrimentos e esperanças (SORRE, 1967 apud DAMIANI, 2009).

Em estudo recente sobre o perfil do migrante brasileiro, Albuquerque e Mendonça (2009) atribuem além das variáveis econômicas, a variável distância, ou os custos de transportes como fatores importantes na decisão de migrar. Afirmam ainda, com base nos dados¹², que a idade é um fator importante. Os autores ressaltam um fenômeno que vai de encontro ao que os estudos empíricos convencionais costumam evidenciar, ou seja, em suas observações os indivíduos muito jovens ou muito idosos têm possuído mais propensão a migrarem. Afora essas exceções, pode-se dizer também que a educação deve ser considerada, dado que quanto maior o nível de escolaridade, maior a possibilidade de migração.

Por fim, entende-se que verificar os motivos que influenciam na decisão de migrar, não é tarefa fácil. Fatores de ordem econômica, social, físicos, demográficos,

¹² Os dados utilizados se referem a Pnad 2006 (IBGE).

culturais, dentre outros, devem ser considerados na análise de estudos empíricos, além do contexto histórico. Na Amazônia, por exemplo, ciclos econômicos como o ciclo da Borracha, expansão da fronteira agrícola motivada pelo Estado, o desenvolvimento da Zona Franca de Manaus tendo como o seu maior expoente de sucesso o PIM, que se deram em períodos diferentes, impulsionaram a migração em algum momento do tempo. Na atualidade, outros motivos podem ser considerados, como a busca pela tranquilidade, ou de uma infraestrutura mínima, a distância do local de destino dentre outros.

1.5 – Breve histórico sobre a migração na Amazônia

A Amazônia tem uma história marcada por uma intensa mobilidade espacial de humana e capital. Fluxos migratórios sempre ocorreram com maior ou menor intensidade. A idéia de um “vazio demográfico” colaborou com as iniciativas de ocupação da região. Para Witkoski (2007), os ciclos econômicos da borracha no início do século XX e a implantação da Zona Franca, contribuíram fortemente para a atração de migrantes para a Amazônia. Se por um lado estes ciclos contribuíram para a atração de população, o fim do primeiro em 1910 acarretou a expulsão de milhares de pessoas que abandonaram o Amazonas sem nada. Conforme Loureiro (2001), este Estado perdeu com o fim do período áureo cerca de 20.000 habitantes. As décadas seguintes entre o declínio da economia gomífera e a criação da Zona Franca, em 1967, confirmaram a tendência de atração de migrantes por motivos econômicos: os dados dos censos de 1940 e 1950, apresentados por Schuh (1976), também indicam a perda de população neste Estado.

Entre as décadas dos anos 1950 e 1960, conforme Pereira (2003), a migração para Amazônia se deu de maneira “espontânea”, sendo formada principalmente por migrantes originários do Nordeste, composta em sua maioria por trabalhadores rurais, pequenos ocupantes posseiros e proprietários descapitalizados. A partir da década de 1960, essa migração passou a ser motivada, sobretudo, pelos projetos de desenvolvimento concretizados pelo Estado para a Amazônia, que possuíam como objetivo a ocupação do “vazio demográfico” e a redução das disparidades econômicas dessa região em relação ao Centro-Sul.

No Amazonas, por exemplo, a criação do Pólo Industrial de Manaus (1967), aliado a falta de uma política voltada para o setor agrário, contribuiu para o aumento da migração campo/cidade, sendo essa perspectiva confirmada pelos dados dos Censos de 1960 e 1970, nos quais a população de Manaus incrementou-se 72,89% (GARRIDO FILHO, 1971).

Na atualidade, predomina no Estado do Amazonas, migração intraestadual, apresentando conforme dados do trabalho de campo de Witkoski, uma porcentagem de 51,9%. Os nascidos no mesmo município representam 40%, enquanto que as migrações inter-regional e internacional apresentam apenas 8,1%, confirmando as afirmações de Brasil, Santos e Moura (2000), que apontam redução na intensidade dos fluxos migratórios para este Estado. Verifica-se também, conforme dados dos Censos de 1991 e 2000, o aumento da população de áreas urbanas, entretanto, a população de áreas rurais também crescem, posto que parte destes habitantes rurais tem permanecido ou ido para o campo. A migração para o campo vai construindo conforme Hébette (1996), um novo mundo rural, caracterizado por um dinamismo dos migrantes, que tecem uma malha de aglomerados tipicamente rurais que apresentam os mais diversos tamanhos e escalas.

Esse “novo mundo rural” mantém uma relação direta com a intervenção do Estado, seja na concessão de subsídios agrícolas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ou na liberação de benefícios sociais como a “Bolsa Família”, pensões e aposentadorias.

1.6 – O Estado brasileiro, a política de previdência social e os programas de transferência de renda

Existem duas concepções no que diz respeito ao Estado: a primeira refere-se ao Estado criado para a defesa dos interesses da burguesia, separado dos interesses da população como um todo. Nessa concepção teórica, segundo Engels (1997, p. 191) o Estado é:

[...] Antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo (*sic*) dentro dos limites da ‘ordem’. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.

A segunda corrente se refere ao Estado que serve para atender as demandas da sociedade como um todo, para tanto prima pela liberdade e bem-estar dos indivíduos, ao ponto de se demonstrar disposto a corrigir as incongruências do sistema capitalista em favor das classes menos favorecidas (BOBBIO, 1992). Essa perspectiva está inserida na Reforma do Estado (BRASIL, MARE, 1995), na qual este se torna regulador e provedor dos serviços básicos, tais como educação e saúde, que são considerados essenciais ao desenvolvimento, bem como possui a incumbência de garantir uma melhor distribuição na renda.

Toma-se como parâmetro a segunda corrente, por entender-se que o Estado, por meio das Políticas Sociais, atua em espaços que apresentam falhas de mercado e insuficiente geração de empregos, sendo agente na redistribuição de renda, o qual seu fluxo de despesas correntes, sob essa ótica, são classificadas em três categorias – consumo, renúncia fiscal e transferências. Por meio destas despesas, o Estado intervém para suprir as demandas essenciais da sociedade.

Para fins desse estudo, toma-se como base, a despesa com transferências, ou seja, os benefícios pagos pelo Governo que não exigem a contrapartida específica de produção física da parte do beneficiário, tais como os benefícios de previdência social¹³, Bolsa-Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), dentre outros (MOURÃO, 2009). Essas concessões, por parte do Estado, movimentam a economia de pequenos municípios ou ainda de áreas rurais, contribuindo para a manutenção da população nestas, evitando a migração campo/cidade. Algumas pesquisas demonstram a importância desses benefícios na economia destes lugares:

Aldrich e Kusmin (1997), por exemplo, ao pesquisar comunidades rurais nos Estados Unidos, enfatizam a aposentadoria como um dos fatores impulsionadores do crescimento econômico local, embora atribuam maior importância a outros elementos, como a indústria, posto que estas áreas apresentam vantagens econômicas claras em relação as áreas com maior número de aposentados. O que não seria difícil de explicar, já que o rendimento dos aposentados possui uma regularidade, além do que áreas industrializadas apresentam um PIB maior, dada a dinamicidade econômica, podendo alterar-se facilmente conforme o aumento da produtividade.

No Brasil, as políticas de previdência social em comunidades rurais apresentam maior importância. Segundo Schwarzer (2000), em pesquisa realizada no município de

¹³ Oriundos das mais diversas formas de aposentadoria (por idade, tempo de serviço, compulsórias, rurais) e pensões.

Igarapé-Açú, no Estado do Pará, as aposentadorias rurais apresentam relevância para a manutenção da economia deste município. Conforme o autor, no ano de 1995, os benefícios representaram três vezes mais a folha de pagamento de todos os empregados formais deste município e mais de um quinto da produção agrícola municipal. Em pesquisa de campo, constatou-se que o benefício representa única renda para 38,9% dos entrevistados, e 88,9% dos domicílios constitui a metade do total dos rendimentos. Conclui afirmando a importância do programa de aposentadorias rurais para a redução da pobreza e da migração rural-urbana, posto que estas beneficiam mais a população menos abastada.

Geipel e Neuburger (2005), por sua vez, afirmam que o recebimento de aposentadorias por trabalhadores rurais em Tocantins, dinamizam a economia de pequenos municípios, posto que grande parte destes recursos são gastos no comércio local, e apontam uma nova configuração da relação campo/cidade, já que as remunerações aos aposentados rurais são recentes no Brasil.

No que se refere à formação de adensamentos populacionais em áreas rurais, Galizoni et al. (2007), afirma que o reordenamento e concentração espacial de famílias em comunidades e povoados da região do Alto Jequitinhonha, em Minas Gerais, estão relacionados às políticas de transferência de renda, posto que na amostra da pesquisa de campo, apenas 5% não apresentavam recebimento de algum tipo de benefício.

Schneider (2007), em pesquisa realizada em quatro municípios do Rio Grande do Sul¹⁴, afirma que a renda proveniente de aposentadorias e pensões representam a renda de 19,6% das famílias pesquisadas, perdendo somente para as rendas agrícolas (58,6%), reconhecendo a importância decisiva desses recursos para a composição das rendas destes municípios.

¹⁴ Os municípios pesquisados foram: Veranópolis, Morro Redondo, Salvador das Missões e Três Palmeiras.

As aposentadorias representam ainda, a continuidade da unidade de produção, sendo parte dos rendimentos utilizada para tal, conforme enfatiza Sugamoto (2007) ao pesquisar o município de Colombo, Paraná. A autora ressalta ainda, a importância desses benefícios para a sobrevivência e manutenção da população em áreas rurais.

No que tange as transferências de renda, Matos e Oliveira (2008) ressaltam a importância do Programa Bolsa Família para a redução da pobreza, aumento da escolaridade (baixa em áreas rurais), além de concluírem que este programa não afasta os beneficiários do mercado de trabalho. Em pesquisa realizada na Comunidade Rural de Timbó, Bahia, afirmam que 55% das famílias desta localidade são beneficiadas, sendo que estes recursos participam de 11% da renda.

Levando-se em conta essas evidências empíricas, pode-se inferir que as políticas de transferências de renda, previdência social e de empregos contribuem para a redução da desigualdade e pobreza. Ao mesmo tempo, também, contribuem para a manutenção e atração da população em áreas rurais. Isso, de certa forma, corrobora para uma sustentabilidade espacial, ou seja, uma relação equilibrada cidade/campo, posto que evita a excessiva concentração geográfica das populações em aglomerações urbanas (SACHS 1993, apud MONTBELLER FILHO, 2008). Não menos importante, a infraestrutura também contribui para a manutenção da população em área rural, já que demandas como educação e saúde não necessitam de deslocamento para áreas urbanas para serem supridas.

Por fim, fatores como o crescimento natural da população, aliado ao arrefecimento da migração rural-urbana, crescimento, ainda que ínfimo, da migração cidade-campo, contribuem para a aglomeração populacional em áreas rurais, ainda que tal conjuntura não represente um considerável fenômeno demográfico.

CAPÍTULO II - MÉTODO DE ANÁLISE

2.1 – Análise de Correspondência

Indubitavelmente, uma pesquisa científica deve-se pautar numa ordem sistemática de planejamento, de modo a permitir o uso de métodos capazes de dar respostas ao problema de pesquisa posto sob estudo, além de outras indagações subjacentes. Nesta proposta de pesquisa a idéia é observar criticamente a correspondência que tem os programas sociais e a infraestrutura no processo de formação aglomerativa humana no interior do Lago do Limão. Para esse fim, utilizou-se o Método de Análise de Correspondência nas amostras que apresentaram migrantes.

Conforme Hair et al. (2009), a análise de correspondência é uma técnica de interdependência muito utilizada em análise multivariada de dados para redução dimensional e mapeamento perceptual. Para os autores pode-se dizer que é uma técnica conhecida como escalonamento ou score ótimo, ou análise de homogeneidade. O método traz três características básicas:

- i) É uma técnica composicional, de maneira que o mapa perceptual é construído a partir de uma associação entre objetos e um conjunto de características descritivas ou atributos especificados pelo pesquisador;
- ii) Concebe-se a técnica para retratar a correspondência de categorias de variáveis que são medidas em escalas nominais. Existindo essa correspondência, sem dúvida, ter-se-á as condições para o desenvolvimento de mapas perceptuais;

- iii) Os benefícios da Análise de Correspondência residem na possibilidade de representar em linhas e colunas, por exemplo, uma variável e seus atributos, em um espaço conjunto.

No plano formal, a Análise de Correspondência deve considerar o número de variáveis que gerou a pesquisa de campo, principalmente no que diz respeito ao produto e sua origem. Decorre que houve a necessidade de tentar um método que permitisse agregar todas essas variáveis e produzir uma correlação satisfatória. Para esse fim, utilizou-se a Análise de Correspondência Simples (ACS)¹⁵, uma técnica estatística multivariada (MINGOTI, 2005) que permite medir e visualizar situações por meio de gráfico e a associação entre um conjunto de variáveis categóricas (CZERMAINSKI, 2004).

Formalmente, seja \mathbf{N} a matriz de frequências absolutas, ou seja, $\mathbf{N}=[n_{ij}]_{I \times J}$. A matriz de frequências relativas será $\mathbf{P}=(1/n).\mathbf{N}$ e é chamada de *matriz de correspondência*. Cada linha ou coluna de \mathbf{P} pode ser considerada um vetor de proporções conforme demonstração adiante (Tabela 1).

¹⁵ Análise de Correspondência é uma técnica descritiva de variáveis categorizadas, resumidas em tabelas de contingência, que são tabelas que contêm contagens cruzadas de duas ou mais variáveis categorizadas, assim, consiste em um método de visualização de dados e seus resultados são apresentados em um mapa de pontos denominado diagrama de dispersão, no qual as variáveis representadas são similares e têm escalas comparáveis.

A	B						Total Linha
	1	2	...	J	...	J	
1	P ₁₁	p ₁₂	...	p _{1j}	...	p _{1J}	p _{1Σ}
2	P ₂₁	p ₂₂	...	p _{2j}	...	p _{2J}	p _{2Σ}
...
I	P ₂₁	p ₂₂	...	p _{2j}	...	p _{2J}	p _{iΣ}
...
I	P ₂₁	p ₂₂	...	p _{2j}	...	p _{2J}	p _{iΣ}
Total Coluna	p _{Σ1}	p _{Σ2}	...	p _{Σj}	...	p _{ΣJ}	1

Tabela 01 - Matriz de Correspondência

Fonte: CZERMAINSKI, 2004.

Onde: $p_{ij} = n_{ij} / n$; $p_{iΣ} = n_{iΣ} / n$; $p_{Σj} = n_{Σj} / n$.

Definem-se as distâncias entre perfis linha não pela métrica Euclidiana usual, mas pela métrica Euclidiana ponderada, chamada *métrica ou distância qui-quadrado*:

$$d_c(a_i, a_i') = (a_i, a_i')' D_c^{-1} (a_i, a_i')$$

$$= \sum_{j=1}^J \frac{(n_{ij}/n_{iΣ} - n_{i'j}/n_{i'Σ})^2}{(n_{Σj}/n)}$$

ou seja, $dc(\mathbf{a}_i, \mathbf{a}_i')$ é a distância euclidiana entre \mathbf{a}_i e \mathbf{a}_i' na métrica \mathbf{D}_c (ponderada por \mathbf{D}_c), onde \mathbf{D}_c é a matriz diagonal de elementos $c_j = n_{Σj}/n$ ($j=1, \dots, J$). O vetor $\mathbf{c} = [c_1 \ c_2 \ \dots \ c_J]$, proporções marginais de colunas ou *massas de colunas*, é também chamado de perfil linha médio ou *centróide dos perfis linha*. Analogamente, as distâncias entre perfis colunas são obtidas na métrica \mathbf{D}_r (ponderada por \mathbf{D}_r), que é a matriz diagonal das proporções marginais de linhas $r_i = n_{iΣ}/n$ ($i=1, \dots, I$), que compõem o vetor \mathbf{r} , o *centróide dos perfis coluna ou vetor de massa de linhas*. A ACS avaliou a relação existente entre

as linhas e colunas da Tabela de Contingência de forma descritiva (Análise Descritiva¹⁶), possibilitando assim uma ampla visão do aspecto qualitativo da amostra.

Após a aplicação desse método, pôde-se construir um gráfico de dispersão das coordenadas principais das linhas e das colunas, com o intuito de analisar a associação entre as variáveis. Esse gráfico é denominado de gráfico de correspondência.

Neste estudo, tendo como referência o método descrito, construíram-se tabelas de duas entradas para realizar a associação entre as variáveis selecionadas, isto é, a formação de aglomerado rural e sua correspondência com as variáveis políticas de transferência de renda e infraestrutura ofertada, utilizando-se somente das amostras que apresentaram migrantes.

No intuito de confirmar a correspondência, aplicou-se o teste paramétrico Exato de Fisher generalizado para tabelas $r \times c$, por meio do software R 2.1. Tal método consiste em um teste baseado numa distribuição exata, em vez de uma aproximação da distribuição de Qui-quadrado utilizado nos testes de Qui-quadrado de Pearson e o da razão de verossimilhança. O teste Exato de Fisher é útil quando os valores esperados nas células são baixos e a aproximação de Qui-quadrado não é muito boa.

Seja \mathbf{X} uma tabela de contingência $r \times c$, seja x_{ij} o valor observado na linha i e na coluna j , defini-se a soma das linhas e das colunas por

$$R_i = \sum_{j=1}^c X_{ij} \quad C_j = \sum_{i=1}^r x_{ij}. \text{ Seja } \xi = \left\{ Y = Y \text{ é } r \times c, \sum_{j=1}^c y_{ij} = R_i, \sum_{i=1}^r y_{ij} = C_j \right\}$$

Hipóteses

$$H_0: P(Y) = D^{-1} \prod_{j=1}^c \frac{C_j}{(y_{1j}! y_{2j}! \dots y_{rj}!)} \text{ versus } H_a: P(Y) \neq D^{-1} \prod_{j=1}^c \frac{C_j}{(y_{1j}! y_{2j}! \dots y_{rj}!)}$$

¹⁶ A análise descritiva é uma técnica estatística que pode se apresentar por modelos univariados ou multivariados (uma ou mais variáveis), de aspectos qualitativos e quantitativos. Nesse sentido, esse método estatístico facilita o entendimento das relações entre as variáveis, posto que extrai informações aparentemente não explícitas (FREITAS e MUNIZ, s.d.).

Onde

$$D = \frac{(R_1 + R_2 + \dots + R_r)!}{(R_1! R_2! \dots R_r!)}$$

Define-se

$$\xi^* = \{\mathbf{Y}: \mathbf{Y} \in \xi \text{ e } P(\mathbf{Y}) \leq P(\mathbf{X})\}$$

Então o p-valor associado com tabela \mathbf{X} observada é

$$p = \sum_{\mathbf{Y} \in \xi^*} P(\mathbf{Y})$$

A idéia básica do teste Exato de Fisher generalizado seria testar se existe associação entre uma e a outra variável categórica, no entanto agora usando não uma aproximação, mas a probabilidade exata e generalizada para tabelas de tamanhos maior ou igual a 2 x 2.

Os testes não paramétricos são utilizados, em geral, quando as amostras são pequenas e quando as pressuposições dos testes paramétricos não são satisfeitas. É bem verdade que, na maioria das vezes, recomenda-se a utilização do teste paramétrico mesmo que as variáveis sejam transformadas para que se o utilize. No entanto, nem sempre é possível garantir condições para que se utilize o teste paramétrico, ficando assim mais plausível utilizar o teste equivalente não paramétrico.

2.2 – Aglomeração e Fatores Concorrentes

Define-se aglomeração populacional como uma prática espacial do modo seletividade espacial, ou seja, o ser humano seleciona determinados espaços para habitar coletivamente que, por sua vez, apresentam atributos julgados de interesse, ou seja, fatores que motivam a aglomeração (CORRÊA, 2007). Para tal, a hipótese desse estudo, se restringe em demonstrar que forças centrípetas, tais como a infraestrutura (escola, posto médico, dentre outras), além da concessão de benefícios sociais demonstrados

adiante, contribuem para o processo aglomerativo populacional. Entretanto, reconhece-se sob o ponto de vista antropológico, que o ser humano tende, naturalmente, ao não isolamento.

Dessa forma, é mister conceituar as variáveis empregadas nesse estudo, tais como, famílias, fonte de renda familiar, Política Social, no que se refere à infraestrutura, benefícios sociais ou transferências de renda (Bolsa – Família, Benefício de Prestação Continuada, aposentadorias e pensões). Sendo assim, pode-se definir que:

- Famílias – trata-se de uma entidade econômica, a qual é composta pelos humanos, que consomem e prestam serviços e habitam o mesmo domicílio.
- Renda familiar – consiste na soma de todos os rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família, na mesma unidade de domicílio;
- Domicílio – local estruturalmente separado e independente que sirva de habitação para uma ou mais famílias (IBGE, 2007). Para fins desse estudo, são subdivididos em três categorias:
 - Domicílio ocupado - apresenta moradores permanentes em seu interior;
 - Domicílio fechado – encontra-se vago, sem moradores em seu interior, conforme informações dos moradores em torno;
 - Domicílio em construção – que se encontra em processo de conclusão e não apresenta moradores.

As Políticas Sociais; toma-se como assertiva, a definição de Cardoso e Jaccoud (2005, p. 194), acerca do Sistema Brasileiro de Proteção Social;

[...] consistem no conjunto de políticas e programas governamentais destinado a prestação de bens e serviços e à transferência de renda, com o objetivo de cobertura de riscos sociais, garantia de direitos sociais, equalização de oportunidades e enfrentamento das condições de destituição e pobreza.

Tais Políticas se dividem em quatro eixos norteadores: Emprego e Trabalho; Assistência Social e Combate a Pobreza, Infra-Estrutura Social e Direitos Incondicionais de Cidadania Social. Para fins desse estudo, serão utilizadas as três primeiras, especificamente em três políticas;

- Bolsa – Família – programa de transferência de renda do Governo Federal, regulamentado por meio da Lei n. 10.836, de 09 de janeiro de 2004. O programa possui como objetivo contribuir para a erradicação da extrema pobreza e garantir a segurança alimentar das famílias beneficiadas. Entretanto, é importante ressaltar que esse programa possui condicionalidades impostas a seus beneficiários, tais como a frequência escolar das crianças e renda máxima de R\$172,00 por membro familiar; além de não ser considerado um direito, dada a restrição orçamentária e exclusão de famílias elegíveis para receber o benefício.
- Benefício de Prestação Continuada¹⁷ – é um programa de transferência de renda, regulamentado pela mesma lei da Bolsa – Família, entretanto, destina-se a deficientes e idosos com mais de 65 anos de idade incapazes para o trabalho. Para tanto, o beneficiário não precisa ter contribuído para a seguridade social para receber mensalmente a quantia no valor de 01 salário mínimo mensal. Diferentemente do PBF, o BPC é um direito garantido a todos nas condições supracitadas;

¹⁷ Embora se diferenciem conceitualmente, o questionário de pesquisa, não irá separar BPC de aposentadoria, a fim de não constranger o entrevistado, sendo assim, não se questionará o motivo da concessão: se por idade, por tempo de contribuição, invalidez, ou Benefício de Prestação Continuada, confundido muitas vezes, por desconhecimento, como aposentadoria. Entende-se que essa especificidade não se faz relevante junto problema de pesquisa.

- Aposentadorias e pensões – benefícios recebidos por contribuintes da seguridade social, desde que cumpram os requisitos necessários para a sua liberação. Em relação à aposentadoria, podem ser por invalidez, por tempo de contribuição, idade e especial. Cabe o direito a pensão, respectivamente, por morte de beneficiário, o cônjuge, o companheiro e a companheira, aos filhos não emancipados menores de 21 anos ou inválido, aos pais e ao irmão não emancipado menor de 21 anos ou inválido;
- Infraestrutura - fornecimento por parte do Estado, de serviços primários que são demandados pela população, tais como, transporte, saúde pública, educação, saneamento básico e fornecimento de energia.

Definidos os conceitos empregados no estudo, faz-se necessário explicar a classificação da área de estudo – um distrito -, o Lago do Limão, em rural.

2.3 – Lago do Limão: espaço rural ou urbano?

Legalmente, conforme o Plano Diretor do Município de Iranduba¹⁸, o “Lago do Limão” é um distrito, portanto, se considerarmos a definição do IBGE, a área se enquadra como urbano. Mesmo assim, este órgão, o classifica, no âmbito dos setores censitários, como rural. Tal característica pode ser atribuída a recente elevação do Lago do Limão para distrito de Iranduba, ocorrida no ano de 2006. Desse modo, infere-se que o IBGE não foi informado oficialmente acerca de tal mudança.

A classificação de distritos como urbanos vem sendo questionada por alguns estudiosos, como por exemplo, Veiga (2002). Conforme este autor, é um disparate considerar vilas e sedes municipais como urbanos, posto que muitas vezes ambos

¹⁸ Plano Diretor do Município de Iranduba, Lei n° 129, de 10 de novembro de 2006.

espaços possuem características essencialmente rurais. Embora os critérios de definição¹⁹ de rural ou urbano utilizados por esse autor sejam questionáveis, serão considerados para a classificação do local estudado, para fins acadêmicos, como rural.

Sendo assim, o município de Iranduba, onde está localizado a Comunidade do Lago do Limão, possui uma densidade demográfica²⁰ de 13,72 habitantes por km², considerado conforme a classificação de Veiga, essencialmente rural. No que se refere à comunidade, embora a pressão antrópica aumente gradativamente, o ambiente ainda apresenta baixa artificialização. Além do que, a população apresenta uma relação extensa com o meio ambiente. Para reforçar a classificação da Comunidade do Lago do Limão como rural, no formulário de pesquisa foi verificado como o entrevistado o sente: de modo rural ou urbano, no qual pode ser constatado o predomínio da ruralidade, demonstrado na Tabela 02:

Como o habitante enxerga o Lago do Limão		
Modo		%
Rural	48	60,00%
Urbano	12	15,00%
Um pouco de cada	3	3,75%
Não soube informar	17	21,25%
Total	80	100

Tabela 02 – Predomínio da ruralidade
FONTE: Pesquisa de Campo, 2010.

Classificada a Comunidade do Lago do Limão como rural, faz-se importante as suas caracterizações geográficas, demográfica e econômica, bem como seu histórico, demonstrados na próxima seção.

¹⁹ Os critérios utilizados por este autor é a densidade demográfica e a pressão antrópica, ou seja, o grau de artificialização das paisagens.

²⁰ Considerando os dados do Censo 2000 do IBGE.

2.4 – Caracterização da área de estudo

A história desta Comunidade, sendo assim denominada por seus habitantes, é trivial às demais da Amazônia. Inicia as margens do Lago, que deu posteriormente, o nome a esta localidade. Estudos arqueológicos²¹ indicam a ocupação do Lago do Limão desde o período pré-colonial. Conforme Moraes (2006), na comunidade foram encontrados quinze sítios arqueológicos, com vestígios que demonstraram a ocupação de centenas de habitantes nos séculos VII e VIII. De acordo com Portocarrero (2006), as terras a margem do lago iam sendo ocupadas e abandonadas por vários anos por indígenas que guerreavam pelas melhores terras e viviam organizados em forma de aldeias circulares. O fato que serve de reflexão é o que sucedeu com estes povos com a chegada dos colonizadores europeus, que migraram para a comunidade, segundo os moradores mais antigos²², no início do século XVI.

Do ponto de vista do reordenamento espacial, até o início da década de 1970, a organização espacial da comunidade era de modo disperso, as margens do Lago, com famílias extensas, nas quais a unidade de produção e de residência eram reunidas. Durante esse período, as locomoções dos habitantes para Manaus ou para a sede do município se davam por meio fluvial. Posteriormente, a aglomeração rural iniciou-se na área próxima a Capela, se estendendo ao sentido norte, posto que o ramal que liga a Comunidade à Rodovia AM – 070 foi aberto, facilitando o acesso a Manaus e a sede do município de Iranduba, o que explica os motivos que levaram a mudança de várias famílias para a chamada “vila”. Nesse sentido, entende-se que a abertura do ramal, contribuiu para o crescimento do aglomerado rural (LOPES e SANTANA, 2010). A necessidade de uma melhor locomoção, bem como a proximidade física entre as

²¹ Projeto Amazônia Central, realizado pela Universidade de São Paulo.

²² Informações coletadas em pesquisa de campo preliminar.

famílias, indubitavelmente concorreram para a reivindicação, junto ao Poder Público, das demais infraestruturas.

Atualmente, a Comunidade do Lago do Limão possui 306 domicílios e uma população estimada em 1300 habitantes. Sua população é composta por uma mistura cultural, dada à miscigenação entre índios, brancos e negros. Dessa forma, seus habitantes não possuem uma característica comum, ao não ser em relação aos traços familiares. A economia, baseada na agricultura familiar, possui a produção mais voltada para autoconsumo. Atividades informais tais como a presença de pequenos comércios familiares, serviço de moto-táxi, dentre outros são encontrados em pequena escala. A atividade informal alcança tal ponto, que a Comunidade não possui ao menos uma empresa legalizada, ou seja, não gera um emprego de carteira assinada proveniente de pessoa jurídica. Funcionalismo público também compõe a geração de empregos, principalmente na esfera municipal.

Quanto a sua estrutura, restringe-se a 01 escola pública de nível médio (Figura 01), 01 posto médico (Figura 02), energia elétrica, pavimentação em suas vias principais (Figura 03).



Figura 01 - Escola de Nível Médio
FONTE: Pesquisa de Campo, 2010.



Figura 02 – Posto Médico
FONTE: Pesquisa de Campo, 2010.



Figura 03 – Pavimentação em ruas principais
FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.

Em relação as suas características físicas, a Comunidade do Lago do Limão habita a terra firme, tornando-a atípica em relação às demais que predominam no ambiente de várzea. Mesmo assim, a unidade hidrográfica, o Lago, se faz presente no cotidiano dos habitantes da Comunidade. Este ambiente aquático é integrante da planície de inundação amazônica com coloração escura pela influencia do Rio Negro, classificado por Junk (1983) e Sioli (1990), como um rio de águas pretas, devido a sua coloração escura. É um rio com pouca energia, baixa quantidade de sedimentação, o que explicaria tal fato, pois não carrega muito material em suspensão, além da densa mata pluvial que reduz o escoamento do rio, características também atribuídas ao lago, que na realidade possui mais o formato de igarapé com forma de ria fluvial, conceito este utilizado para distinguir rios ou igarapés que não tiveram seus vales completamente afogados com a elevação do nível do mar, na ultima glaciação há cerca de quinze mil anos, que represou o Rio Amazonas (JUNK apud CARVALHO 2006).

Durante o período da cheia, o Lago do Limão também possui saída para o Rio Solimões, fato que o caracteriza como furo, pois liga dois rios, o Ariaú ao Solimões, do qual é tributário da margem direita. É importante considerar que esta saída é de pequena

largura devido à forte deposição de sedimentos em sua costa, nítidos na época da vazante, trazidos pelo Solimões e que praticamente “fecham” a saída neste período.

No período da enchente/cheia seu alargamento deixa a paisagem exuberante (figura 04). Na seca/vazante, o lago fica quase que completamente seco tornando a água imprópria para consumo pelo seu aspecto argiloso, fazendo os moradores recorrerem as “cacimbas”. No período da seca/vazante, a quantidade de peixes torna-se abundante, inserindo a prática da pesca no cotidiano da comunidade.



Figura 04 - Paisagem exuberante - Lago do Limão no período de cheia
FONTE: Regino Lopes da Silva. / Jan 2009.

Quanto a sua pedologia, a maior parte dos seus solos é latossolo amarelo, considerados pelo IBGE, em relação à potencialidade agrícola, regular. Encontra-se em alguns trechos a terra preta de índio, sendo atribuída a esta a decomposição de material orgânico, por meio de cultivo em períodos pré-coloniais, e devido a sua rica composição, apresenta elevada fertilidade. Geologicamente, seus sedimentos são terciários²³ e quaternários²⁴.

²³ Corresponde a 65 milhões de anos atrás, conforme escala geológica.

2.5 – Estratégia de Coleta de Dados

Primeiramente, aplicou-se um formulário de pesquisa de campo durante as três primeiras semanas de Janeiro de 2010, junto às famílias residentes na área de estudo, no sentido de extrair dados primários passíveis de responder o objeto de pesquisa, bem como dar suporte a operacionalização ao Método de Análise de Correspondência Simples. Nesse instrumento de coleta contemplaram-se perguntas quantitativas e qualitativas, tais como o número de famílias por residências, origem, e renda, além de outros aspectos considerados relevantes²⁵ para a discussão, de modo que a coleta de dados se restringiu a pesquisar as famílias residentes especificamente no aglomerado rural. A rigor, conforme os termos formais, a expressão para o cálculo da amostra de acordo com Barbetta (2006) é:

$$n = N \cdot n_0 / N + n_0 \quad \text{no qual}; \quad n_0 = 1/E_0^2$$

onde, n é o tamanho da amostra; N é o tamanho da população; E_0 é o erro amostral, posto que corresponde uma probabilidade de 95%. Levando-se em conta que o número de domicílios ocupados corresponde a 282 unidades, conforme levantamento em pesquisa de campo, assim, aceitando-se $E_0 = 5\%$, obteve-se uma amostra de 157

²⁴ Corresponde a 10 mil anos atrás, conforme escala geológica.

²⁵ Como número de residentes, faixas etárias, escolaridade, migração rural-urbana, nível de satisfação com a comunidade, além de verificar se a unidade familiar já esteve ou está trabalhando com agricultura, já que empiricamente verifica-se o declínio da produção voltada para o mercado. A relação com o meio ambiente, embora não constitua objetivo específico deste estudo, será verificada por meio de questionamento quanto à prática de pesca ou extrativismo para autoconsumo, por entender-se essa relação essencial para a manutenção da população em áreas rurais.

residências que deveriam ser pesquisadas por meio do formulário de pesquisa (Anexo 03).

Contudo, para cobrir toda a amostra seria necessária a contratação de pesquisadores de campo. Esta estratégia demonstrou-se inviável por questão de custos e escassez de recursos financeiros. Sendo assim, a amostra restringiu-se a 80 famílias, o que corresponde a 28,36% do universo dos domicílios ocupados, e se deu de modo intencional, ou seja, os pontos de coleta foram previamente estabelecidos, visando uma melhor qualidade das amostras.

Dessa forma, a amostra aproveitou a distribuição territorial imposta pelos próprios moradores, que dividem a aglomeração (figura 05) em 05 unidades: vila (na qual ocorreu o início da aglomeração), baixada (para onde se expandiu à aglomeração em segundo), estrada (para onde se expandiu a aglomeração em terceiro) e as áreas para onde a comunidade se expande na atualidade, o paraíso e o campo, o que certamente auxiliou na discussão dos resultados encontrados. Importa ressaltar que na elaboração do formulário de pesquisa procedeu-se inicialmente a uma pesquisa bibliográfica, por meio de consultas a fontes direta ou indiretamente associadas ao objeto a ser tratado.



Legenda				
■	■	■	■	■
Vila	Baixada	Estrada	Campo	Paraíso

Figura 05 - Lago do Limão: Localidades da amostra intencional
 FONTE: Google Eart, 07 set. 2003. (adaptações da autora)

Levando-se em conta esses parâmetros, aplicou-se o formulário, tentando-se quantidades iguais para cada unidade estabelecida, embora tal proposta não tenha sido seguida de modo rigoroso, por conta de unidades como a Vila e o Paraíso apresentarem domicílios fechados, retraindo a abordagem. Dessa forma, a quantidade de amostras para cada área foi (Quadro 01)

Amostras por área		
	Unidade	Qtde. amostras
1	Vila	13
2	Baixada	17
3	Estrada	18
4	Campo	18
5	Paraíso	14
	Total	80

Quadro 01 – Quantidade de amostras por área
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2010.

Coletados os dados, estes foram tabulados no sentido de mostrar o peso que tem na renda das famílias os ganhos de transferências governamentais em relação a outras fontes de renda extraída de atividades produtivas de caráter rural. Pressupõe-se que, se as transferências forem superiores aos demais ganhos privados, essa diferença pode ser um convite às famílias se absterem do trabalho árduo da agricultura, em troca de transferência de renda governamental. Por fim, essas relações tiveram um tratamento estatístico por meio de medida de tendência central, tais como média ponderada, mediana e moda.

Após a pesquisa de campo na área de estudo, realizou-se visitas técnicas na sede do município de Iranduba, durante o mês de abril de 2010, no intuito de obter dados primários da Secretaria de Infra-Estrutura²⁶, bem como se pesquisou por meio da Internet, banco de dados do Tesouro Nacional com as despesas do Estado com esse município, no que se refere à transferência de recursos voltados para as Programas Bolsa Família, BPC e políticas de previdência social, ou seja, aposentadorias e pensões, além dos recursos institucionais, tais como o FPM. Esses dados foram colhidos no intuito de realizar uma comparação entre receita do município *versus* despesa com transferências de renda e políticas de previdência social, para verificar, se de fato, as despesas do Estado com concessão de benefícios são representativas em Iranduba.

²⁶ Com o objetivo de verificar o planejamento municipal de ordenamento territorial do Lago do Limão.

CAPÍTULO III – UM RECORTE SÓCIO-ECONÔMICO DE IRANDUBA

3.1 – Iranduba e uma população essencialmente rural

O município de Iranduba, localizado a 25 km distante de Manaus em linha reta, foi criado no ano de 1982, como resultado do Projeto Integrado de Colonização “Bela Vista”, idealizado e implementado pelo INCRA. As áreas destinadas ao projeto foram loteadas e distribuídas às famílias que demandavam terras para prática de atividades rurais e moradia (SOUZA et al., 1998), bem como para acomodar os produtores da várzea para terra firme como resultado de um remanejamento²⁷ (FEITOZA 2003 apud CALAZANS 1992).

Situado entre os municípios de Manacapuru e Manaus (Anexo 04), Iranduba beneficiou-se pelas suas proximidades, de modo que absorve um pouco da dinâmica existente entre aqueles dois municípios maiores. No que se refere a sua economia, atividades públicas, a indústria ceramista, o pequeno comércio, a agricultura, a exploração florestal e a pesca são economias que movem o município, de tal modo que geram algum ganho econômico para quem delas participam.

Nesse sentido, resultou que a população cresceu exponencialmente no período 1991-2007. O Quadro 02 resume em valores absolutos e relativos à população urbana e rural desse período:

²⁷ Essa ação do Estado mostrou-se mal articulada, posto que é impensado retirar o pequeno produtor de uma área fértil naturalmente para outra que requer investimentos para aumentar a fertilidade.

População residente em Iranduba – período 1991 – 2007								
Ano	1991		1996		2000		2007	
Urbana	6.043	32,63%	8.474	31,84%	9.940	30,77%	12.026	36,58%
Rural	12.473	67,38%	18.138	68,16%	22.363	69,23%	20.843	63,42%
Total	18.516	100%	26.612	100%	32.302	100%	32.869	100%

Quadro 02 – População residente em Iranduba nas áreas urbana e rural

FONTE: IBGE/ Censos e Contagem da População – disponível em www.seplan.am.gov.br

Importa ressaltar o crescimento da população rural mais que proporcional ao crescimento da população urbana no período 1991 – 2007 (Gráfico 01), posto que esse município contém 78 comunidades rurais, dispersas geograficamente em seu território, apesar de ser o menor município em extensão territorial da RMM, com 2.215 km².

Contudo, observa-se no gráfico 01, que no período 2000 - 2007, a população rural reduziu em 6,79%, *pari passu*, a população urbana incrementou-se em 20%, ou seja, gradativamente o grau de urbanização começa a elevar-se, característica que pode ser atribuída ao aumento da urbanização, demonstrado em todo o Brasil, que apresenta índices desse fenômeno superiores a 80% (IBGE, 2000), bem como aos índices reduzidos da evolução populacional na área rural para o Estado do Amazonas, demonstradas no mesmo período (BRASIL e TEIXEIRA).

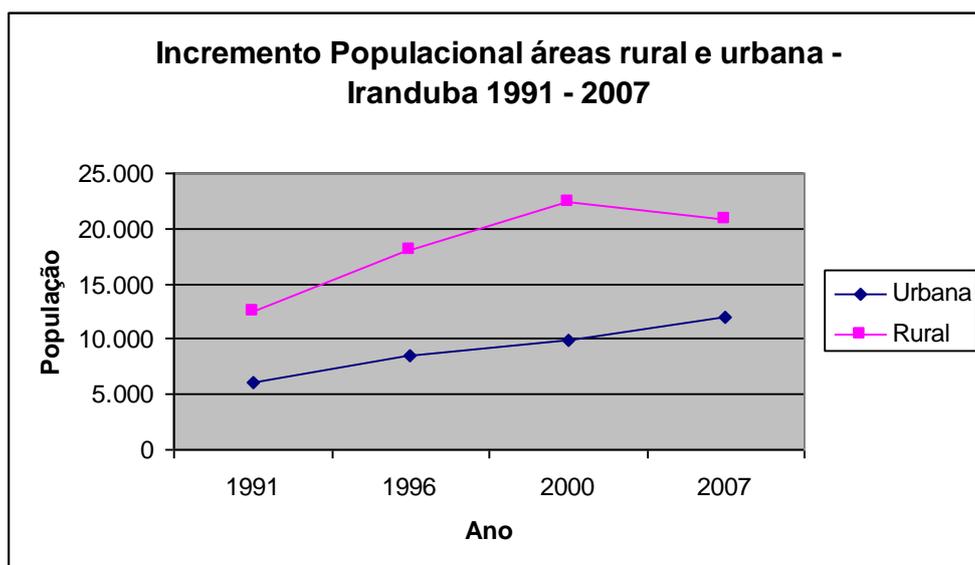


Gráfico 01 – Incremento populacional por áreas rural e urbana – 1991 – 2007.
 FONTE: IBGE – Censo e Contagens Populacionais.

Nas áreas urbanas e rurais a demanda da população por novos espaços abre uma quantidade elevada de loteamentos irregulares. Conforme a secretária de Infra-Estrutura do município de Iranduba, Enilda Lins, a dispersão geográfica do município e a quantidade insuficiente de funcionários torna uma fiscalização mais efetiva difícil.

Ao mesmo tempo, observa-se que o mercado de trabalho incipiente que não dá conta de garantir uma suficiente quantidade de empregos formais, devido à oferta muito superior a demanda de mão-de-obra não especializada. Essa relação é demonstrada na Tabela 03, na qual a baixa admissão de empregados pode ser evidenciada, ao mesmo tempo em que se observa uma elevada População em Idade Ativa.

Geração de empregos e PIA – Iranduba 2007		
Admitidos	503	PIA
Desligados	479	22.692
Saldo	24	

Tabela 03 – Mercado de trabalho formal de Iranduba incipiente
 FONTE: CAGED, IBGE, 2007

Essa conjuntura demonstra a preponderância de relações não monetarizadas nos pequenos municípios da Amazônia Brasileira, nos quais o predomínio de atividades

extrativistas e agrícolas ocorre de modo acentuado. Desse modo, a população ocupada em estabelecimentos agropecuários, conforme o IBGE (2006), corresponde a 13,85% da PIA.

Dada a insuficiência do mercado de trabalho formal em suprir demandas, tanto da população, quanto na dinamização da economia, o Estado, principalmente em sua esfera federal, por meio das transferências constitucionais tais como Fundo de Participação dos Municípios (FPM), e transferências de renda, discutidas adiante, tem contribuído para a prestação de serviços sociais e criação/manutenção de infraestruturas de Iranduba.

3.2 – Iranduba e a representatividade das políticas de transferência de renda e previdência social

O Estado Brasileiro por meio da Constituição Federal de 1988 concedeu maior autonomia aos municípios, ao mesmo tempo em que regulamentou as transferências de receitas para estes (BRASIL, 1988). As transferências para os municípios podem ser por meio das Unidades da Federação – que repassa aos municípios uma parte correspondente a arrecadações do ICMS e IPVA -, além das receitas provenientes da União, por meio do FPM e parte correspondente (50%) da arrecadação do ITR em seu território. As receitas próprias – provenientes de impostos como ISS, IPTU, ITBI, dentre outros – também constituem o orçamento do município.

Contudo, diversos autores (ARRETCHE, 2004; BREMAEKER, 2001; ARRAES e LOPES, 2000, AFONSO e SERRA, 1999; MENDES, s.d) ressaltam que os pequenos municípios – com população entre 20.000 e 50.000 habitantes – possuem um fraco dinamismo na arrecadação própria, sendo altamente dependentes das

transferências constitucionais, principalmente do FPM, posto que os tributos correspondentes à parcela das Unidades da Federação são proporcionais ao dinamismo econômico dos municípios, ou seja, o ICMS, por exemplo, só terá elevada participação se houver elevada circulação de mercadorias e serviços no território do município (SANTOS, s.d). Esse atributo ocorre em Iranduba, sendo demonstrado ao compararmos as receitas oriundas do Governo do Amazonas às receitas provenientes da União para o ano de 2009 (Gráfico 02):

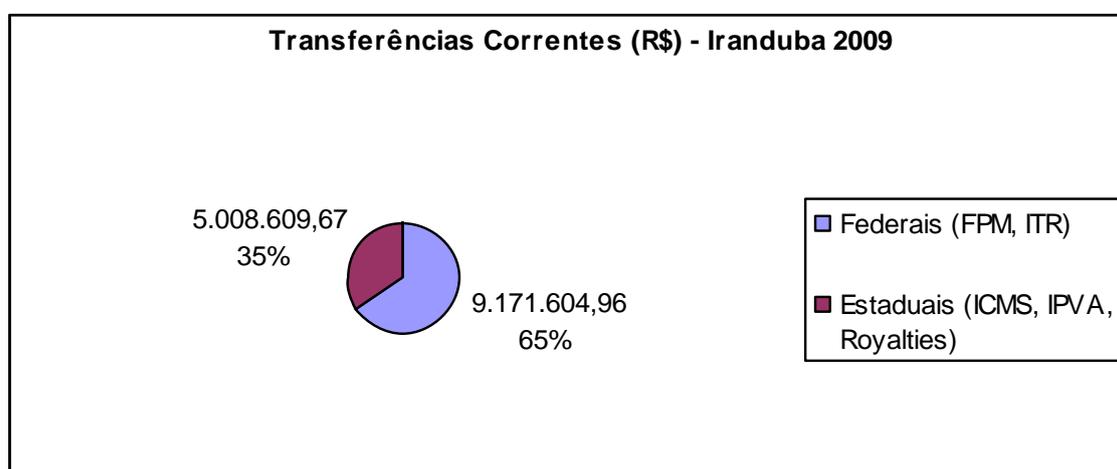


Gráfico 02– Transferências Correntes – Iranduba 2009
FONTE (s): TCE, Portal da Transparência, 2010.

Decerto, denota-se a superioridade das transferências federais que correspondem a 65% do total das transferências correntes para o ano de 2009, característica intrínseca aos municípios com até 50.000 habitantes da Amazônia Brasileira, que apresentam baixo dinamismo econômico.

Ao mesmo tempo, ao levar-se em conta o Orçamento Fiscal atual de Iranduba, previsto para o ano 2010, percebe-se a baixa receita própria (Tabela 04):

Orçamento Fiscal de Iranduba – 2010

Origem	Valor (R\$)	%
Transferências Correntes	24.426.907,85	92%
Receitas Próprias*	2.241.614,66	8%
Total	26.668.522,51	100%

Tabela 04 – Orçamento Fiscal do Município de Iranduba – 2010, conforme Lei n. 159/2009

FONTE: Câmara Municipal de Iranduba.

*Considerando o somatório das receitas tributária, de contribuições, patrimonial e outras transferências correntes.

Em relação às Políticas de Previdência Social, Transferências de Renda para o Iranduba – que são transferidos diretamente para o beneficiário -, os dispêndios da União foram superiores aos ganhos com Transferências Correntes desse município no ano de 2009 (Quadro 03), confirmando a importância de ambos os benefícios para a geração de renda dos habitantes de Iranduba.

Comparativo valores (R\$) Benefícios e Transferências – Iranduba 2009

Tipo	Benefícios	Tipo	Transferências
INSS*	13.666.907	Federais	9.171.605
PBF	3.964.593	Estaduais	5.008.610
Total	17.631.500	Total	14.180.215

* Incluindo aposentadorias, pensões e BPC.

Quadro 03 – Comparativo Benefícios *versus* Transferências – Iranduba 2009

FONTE: INSS, MDS, TCE e Portal da Transparência (2010)

Org.: LOPES, Magaly Briceno

A diferença entre os valores – Benefícios e Transferências – alcança R\$3.451.285, ou seja, ¼ superior às transferências. Ao levar-se em conta a quantidade de benefícios emitidos pelo INSS²⁸ (DATAPREV, 2010), bem como o somatório dos responsáveis e os menores beneficiados pelo PBF (Quadro 04) encontra-se que quase metade da população²⁹ de Iranduba – 49,44% - é diretamente beneficiada por Política de Previdência Social ou transferências de renda.

²⁸ Considerando aposentadorias, pensões e BPC.

²⁹ A população estimada de Iranduba em 2009 foi de 33.884 habitantes (IBGE, 2009).

População Beneficiada com Políticas de Previdência Social e PBF – Iranduba 2009	
Tipo de Benefício	População beneficiada
PBF	14.367
INSS	2.388

Quadro 04 – Total de habitantes com percepção de benefícios
 FONTE: MDS, DATAPREV (2010).

Diante do exposto, advoga-se que em Iranduba, o Estado, principalmente na esfera federal, têm contribuído para a distribuição de renda por meio das Políticas Sociais. Caso não houvesse ambos os financiamentos – Transferências Constitucionais e Políticas Sociais – comprometeriam a sustentabilidade do município de Iranduba, que por sua vez, não apresentaria pujante incremento populacional.

Contudo, é importante ressaltar que tal conjuntura de dependência em relação aos repasses do Estado, não deve ser definitiva, posto que futuramente, serão necessários maiores repasses dado o envelhecimento da população brasileira, bem como a existência de menor quantidade de população economicamente ativa. Corrobora-se tal afirmação a partir dos dados do Dataprev de 2009, nos quais a arrecadação foi quatro vezes inferior ao valor dos benefícios pagos, demonstrando o déficit da previdência nesse município, conforme demonstração no Quadro 05.

Comparação entre arrecadação e benefícios pagos em 2009 – Iranduba			
Valor arrecadado	R\$ 3.232.820	Valor pago	R\$ 13.666.907

Quadro 05 – Comparação entre arrecadação e benefícios pagos em 2009 - Iranduba
 FONTE – DATAPREV, 2010

Ressalta-se ainda que, no que se refere à Previdência, o acesso é principalmente de caráter contributivo, na qual a população empregada no setor informal é excluída, aumentando a demanda por Política Social de Assistência Social. Sendo assim, os benefícios tornam-se onerosos, o que gera uma necessidade de financiamento estrutural.

Essa conjuntura demonstra que o financiamento do sistema de Políticas Sociais é uma situação não equacionada (CARDOSO JR, 2004).

Decerto, as políticas voltadas para o desenvolvimento econômico não devem se abster de envolver a população que na atualidade se emprega na informalidade, tanto em contexto urbano, quanto rural (DELGADO, 2005).

Por fim, convém assinalar a limitação da pesquisa, que de longe esgota o assunto, e tampouco mensurou a qualidade de vida da população abrangida por benefícios sociais.

CAPÍTULO IV – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo empenha-se em demonstrar os resultados da pesquisa de campo, no intuito de responder os objetivos específicos propostos. Para esse fim, essa seção está dividida em quatro tópicos: o primeiro ressalta os aspectos demográficos do Lago do Limão, bem como os resultados da análise de correspondência. Por sua vez, o segundo tópico demonstra a importância dos benefícios sociais para a manutenção da população no Lago do Limão. Por fim, a relação homem-meio, característica atribuída às comunidades amazônicas.

4.1- O aglomerado rural Lago do Limão e os aspectos demográficos

A formação do aglomerado rural ocorreu por conta da construção do ramal que interliga tal área rural a Rodovia Estadual AM-070. Após esse evento, famílias passaram a se aglomerar em torno da “vila” e seus arredores, característica que deriva da necessidade de se agregar, bem como do poder adquirido por reivindicação de demandas sociais, tais como saúde e educação (COELHO, 2004 apud HARDT e PELLIZZARO, 2006).

O baixo dinamismo econômico do Lago do Limão, supracitado, pode ser evidenciado por meio de seus aspectos demográficos. Dentre os quais se destaca a distribuição da população por grupos etários (Gráfico 03), que evidencia as elevadas taxas de natalidade – embora se faça mister demonstrar o leve declínio da população jovem – e a baixa expectativa de vida ratificada pela baixa proporção de idosos na composição da população.

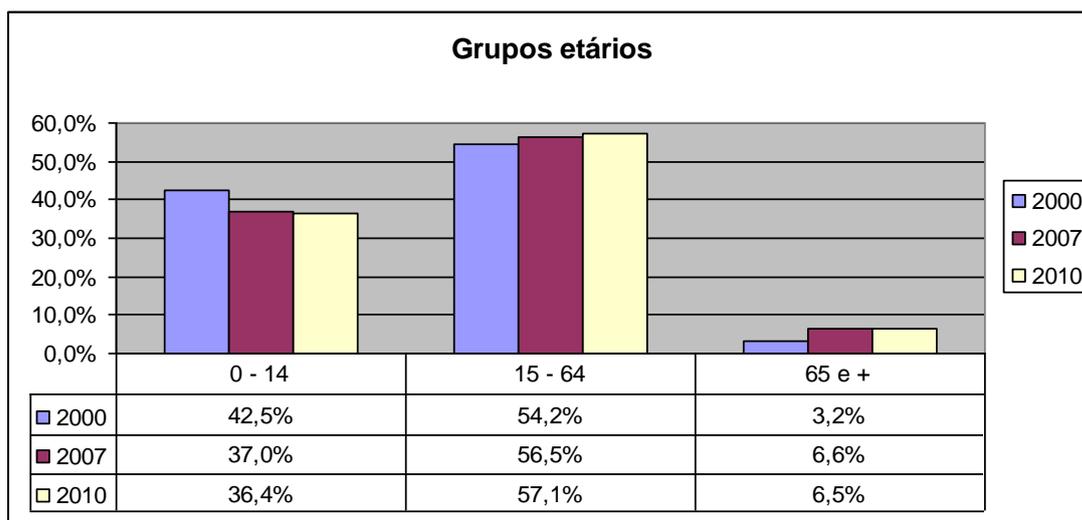


Gráfico 03 – Grupos etários

FONTE(S): Microdados IBGE, Pesquisa de Campo

A população experimentou neste curto período – 2000/2010 – o aumento gradativo de sua população em idade ativa, por seu turno redução em suas taxas de razão de dependência³⁰, mostrada na tabela 05:

Razão de dependência	
Ano	Razão de dependência
2000	84,39
2007	77,03
2010	75,13

Tabela 05 – Razão de dependência
 FONTE (S): IBGE, Pesquisa de campo

Não obstante, faz-se mister ressaltar que apesar de a razão de dependência apresentar declínio, continuam elevadas em relação ao Brasil – 56,09 – e Região Norte – 69,02 – (IBGE, 2005).

³⁰ De acordo com o IBGE, razão de dependência se refere ao peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos e mais de idade) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade).

Por seu turno, conforme o IBGE, a população do Lago do Limão experimentou redução entre os períodos 2000 – 2007, conforme o Quadro 06, com a perda de 299 habitantes, corroborando seu baixo dinamismo econômico.

População residente – Lago do Limão	
Ano	População
2000	1016
2007	717

Quadro 06 – População residente Lago do Limão
FONTE: IBGE

Contudo, importa ressaltar a característica contraditória em relação ao incremento no número de domicílios. Estes apresentaram um pequeno incremento no período 2000-2007 de apenas 14 unidades, contudo, em 2010 seu quantitativo aumentou em 53% - de 164 a 306, entre domicílios habitados, fechados e em construção.

Duas suposições depreendem-se de tal contradição: a primeira, o Lago do Limão, de fato, foi uma área de repulsão no período 2000-2007, contudo mudou tal tendência a partir de então. A segunda, deriva da incerteza em relação aos dados da Contagem de 2007, que pode não ter sido fidedigna.

Por certo, a expansão da aglomeração espacial, evidenciada por meio dos dados, bem como “in loco”, conforme comparação dos mesmos locais entre as figuras 06 e 07 e figuras 08 e 09:



Figura 06 – Ano 1997
FONTE: Arquivo pessoal



Figura 07 - Ano 2010
FONTE: Pesquisa de Campo



Figura 08 – Ano 1997
FONTE: Arquivo pessoal



Figura 09 – Ano 2010
FONTE: Pesquisa de campo

A aglomeração espacial não se resume em tal espaço – denominado “Campo” – mas também ao “Paraíso”, loteamento criado no ano 2000 e ocupação de terrenos vagos na “Vila”, “Estrada” e “Baixada”.

Comprovada a redução no número de habitantes, o crescimento espacial pode ser explicado por conta do denominado “ciclo vital³¹” das famílias, ou seja, a maioria destas “nasceram” entre moradores da própria comunidade. Nesse sentido, demandaram novos domicílios, sendo tal afirmação evidenciada por meio dos dados da pesquisa de campo, na qual dos 80 domicílios, 31 – 38,75% - eram de “famílias novas”, compostas pelo casal e filhos até os 14 anos, bem como apenas em 02 residências foram encontradas mais de 01 família habitando o mesmo domicílio.

Ademais, convém refletir que tais “famílias novas”, tinham a opção de migrarem para Manaus, cidade próxima e dinâmica economicamente - contudo não o fizeram. Sendo assim, conseguiram se manter na área rural, o que pode ser explicado – embora não seja o único fator – por conta do imóvel, em sua maior parte, de condição

³¹ Conforme Azevedo (2006, p. 495) “O ciclo vital deve ser entendido como uma forma dinâmica de olhar a família. A família pode ser apreendida dentro de uma sucessão de etapas que afetam sua formação, transformação e extinção. Pode-se dizer que a família ‘nasce’, ‘cresce’ e ‘morre’. Os casamentos, nascimentos e óbitos assumem um papel significativo para a análise temporal das famílias, pois são eventos que marcadamente influenciam na composição das famílias”.

própria. Em Manaus, seria necessário o dispêndio com um imóvel novo – de alto custo, por conta da especulação imobiliária em área urbana – ou o custeio de um aluguel, os quais também não o são de baixo custo. A propriedade do imóvel pode ser evidenciada por meio do Gráfico 04:

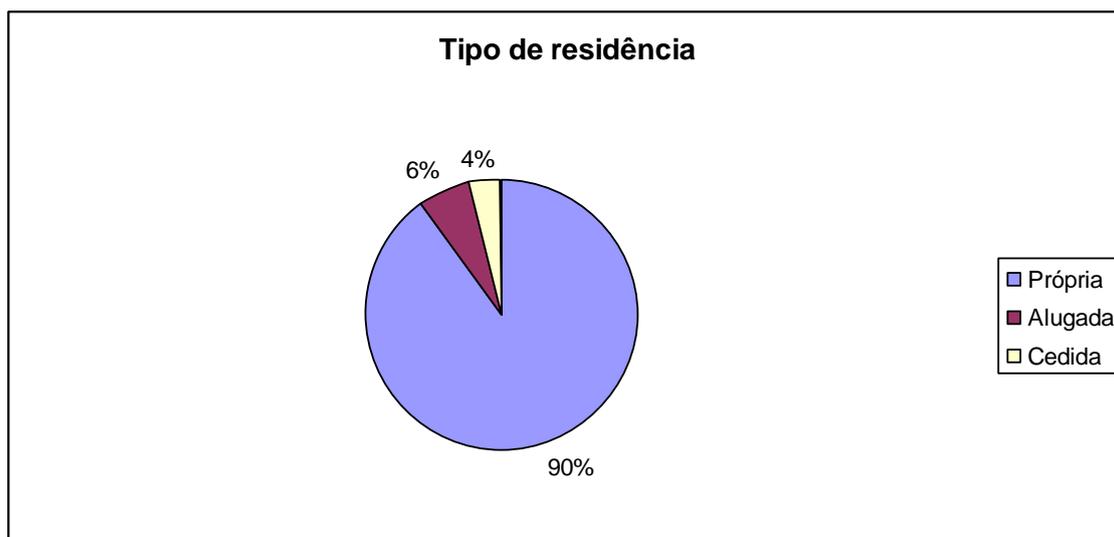


Gráfico 04 – Tipo de residência
FONTE: Pesquisa de Campo, 2010.

Além do imóvel próprio, baixo custo de energia elétrica, tranquilidade, sustentabilidade ecológica, benefícios sociais³², bem como a infraestrutura mínima – educação e saúde – ofertada pelo Estado, podem ter concorrido para a manutenção e até mesmo migração para o interior do aglomerado rural, conforme demonstrado na próxima seção.

³² Convém assinalar que tais benefícios não derivam da condição espacial, sendo obtidos em qualquer lugar do país. Contudo, estes aliados a outros fatores auxiliam a população a se manter economicamente no aglomerado rural, posto que este apresenta poucas oportunidades de rendimento monetário.

4.1.1 – Migrações para o aglomerado rural

As áreas rurais, por conta do processo de urbanização e inovação tecnológica no campo experimentado a partir da década de 1950, são áreas de repulsão populacional. No Brasil, a cada Censo é evidenciado o processo de urbanização como característica latente. O Gráfico 05 mostra tal assertiva:

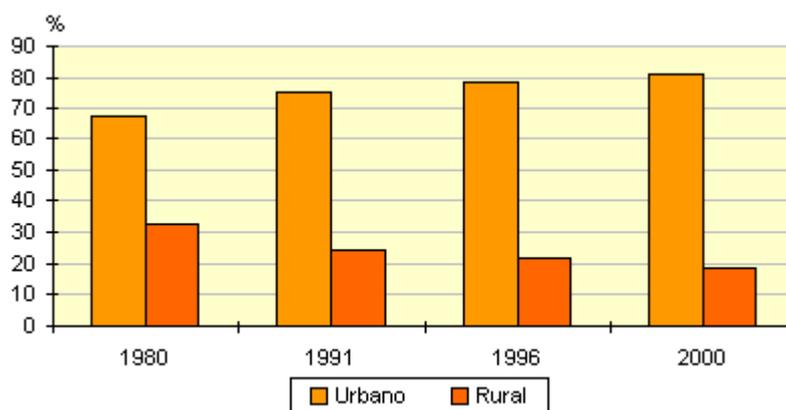


Gráfico 05 – População em relação à situação de domicílio - Brasil

FONTE: IBGE. Disponível em :<http://www.ibge.gov.br/brasil_em_sintese/default.htm> Acesso em 15 jul. 2010.

Tal conjuntura não se mostra diferente para o Lago do Limão. Na pesquisa de campo, 40% das famílias informaram ter algum membro migrante para Manaus. Por seu turno, quando questionados que membro seria, 91% afirmou ter sido o filho, sendo que destes apenas 7% retornaram a residir no aglomerado rural. Tal constatação corrobora com a concepção econômica neoclássica, supracitada, na qual o ser humano age racionalmente em busca de oportunidades econômicas, pouco ofertadas pelo aglomerado rural Lago do Limão. Convém mencionar, em relação às migrações de retorno, as tentativas frustradas de habitar o urbano: 07 cônjuges, após trabalhar em Manaus, retornaram a residir no aglomerado.

Contudo, apesar do baixo dinamismo econômico, o Lago do Limão ainda recebe migrantes. Todos por sua vez, oriundos da própria unidade da Federação, característica demonstrada por Brasil e Teixeira, ao ressaltar que os migrantes oriundos

de outras unidades da Federação ou de outros países dirigem-se apenas para Manaus. A origem dos migrantes do Lago do Limão é mostrada no Quadro 07:

Procedência do migrante		
Local	Absoluto	%
Manaus	6	31,6
Manacapuru	3	15,8
Itacoatiara	1	5,3
Autazes	1	5,3
Outras comunidades de Iranduba	6	31,6
Não informado	2	10,5
Total	19	100

Quadro 07 – Procedência dos migrantes do Lago do Limão
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2010.

No que se refere à Análise de Correspondência Simples, que possui o intuito de verificar a possível correspondência entre os motivos que levam a migração para o interior do aglomerado em resposta a ampliação de renda por conta dos benefícios sociais, as matrizes de entrada utilizaram as seguintes variáveis (Quadro 08):

Motivos para migrar para o aglomerado	
P1	Tranquilidade
P2	Imóvel, terra a baixo custo
P3	Na comunidade tem trabalho
P4	Proximidade com Manaus
P5	Escola para nossos filhos
P6	Posto médico
P7	Temos uma aposentadoria ou pensão que dá para vivermos na vila.
P8	Casou-se com alguém da comunidade

Quadro 08 – Motivos para migrar para o aglomerado
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2010

Por sua vez, a segunda tabela traz as seguintes categorias (Quadro 09):

Categorias

- Com Bolsa Família na composição da renda familiar
- Com aposentadoria, pensão ou BPC na composição da renda familiar
- Sem qualquer tipo de benefício na composição da renda
- Sem renda

Quadro 09 – Quanto aos benefícios sociais

FONTE: Pesquisa de Campo, 2010

Nesse sentido, foi possível construir o mapa perceptual (figura 10), que demonstrou que a Componente 1 apresentou 52,67% da variação total, a Componente 2 apresentou 34,09%. Ambas representam 86,76% da variação total.

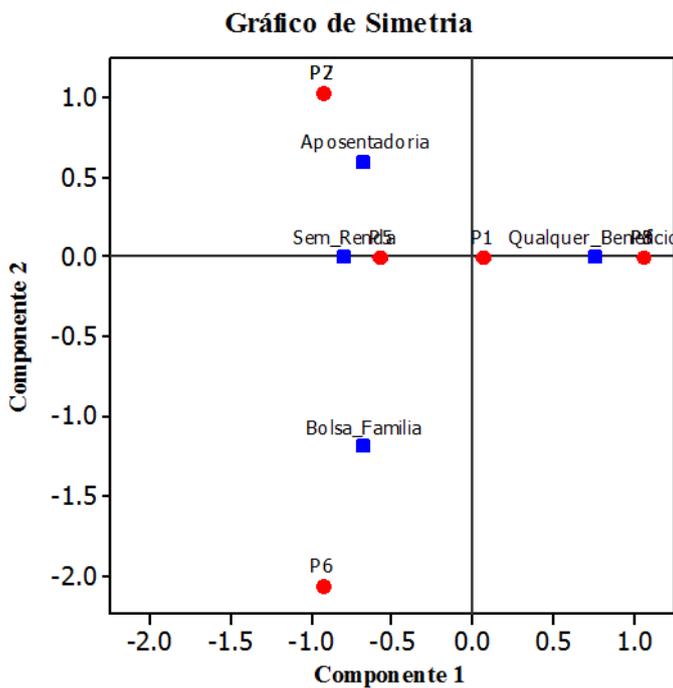


Figura 10 – Mapa de correspondência do Motivo vs Renda

FONTE: Pesquisa de Campo, 2010

Org.: BALIEIRO, Antônio.

Por meio do teste paramétrico de Fisher, foi possível obter o resultado mais preciso no que se refere à associação entre as variáveis, o qual demonstrou que ambas

não possuem associação significativa ($p=0,4865$), ou seja, a decisão de migrar para o aglomerado não está associada ao aumento da renda por conta dos programas sociais. A tabela 06 demonstra este resultado.

Motivo	RENDA												Total	
	Aposentadoria			Bolsa Família			Sem Benefício			Sem Renda				
	n	% C	% L	N	% C	% L	N	% C	% L	n	% C	% L	n	%
P1	2	33,33	33,33	1	33,33	16,67	3	33,33	50,00	0	0,00	0,00	6	31,58
P2	1	16,67	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	5,26
P3	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	22,22	100,00	0	0,00	0,00	2	10,53
P4	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00
P5	2	33,33	40,00	1	33,33	20,00	1	11,11	20,00	1	100,00	20,00	5	26,32
P6	0	0,00	0,00	1	33,33	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	5,26
P7	1	16,67	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	5,26
P8	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	33,33	100,00	0	0,00	0,00	3	15,79
Total	6		31,58	3		15,79	9		47,37	1		5,26	19	

Tabela 06 - Análise descritiva das variáveis Motivo vs Renda e teste de hipótese de associação significativa
 Teste Exato de Fisher p-valor = 0,4865

% C = Porcentagem por coluna; % L = Porcentagem por linha.

FONTE: Pesquisa de Campo, 2010

Pode-se inferir a partir de tal assertiva que a não associação se deve por conta dos benefícios sociais serem ofertados em âmbito nacional, ou seja, o fato de residir ou não no aglomerado rural não implicará no não recebimento do benefício.

Não obstante, convém assinalar os motivos que predominaram na decisão de migrar para o interior do aglomerado: tranquilidade, educação e o casamento com alguém da comunidade, respectivamente. Tal resultado refuta as teorias neoclássicas, na qual o ser humano migra em busca de oportunidades econômicas. Por meio de tais teorias, o Lago do Limão nem apresentaria migrantes, devido ao seu baixo dinamismo econômico.

Por fim, mesmo com o resultado negativo, convém demonstrar a importância dos benefícios no Lago do Limão, bem como sua comparação com as atividades produtivas, a serem demonstrados na próxima seção.

4.2 – Benefícios sociais e atividades produtivas do Lago do Limão

As políticas sociais, especificamente da Previdência Social e da Assistência Social, têm auxiliado a manutenção de pequenas economias, em áreas de fraco dinamismo econômico (BRASIL, 2010). O auxílio na composição das rendas familiares proporcionam melhor qualidade de vida a pessoas que tinham, por conta da baixa renda ou até inexistência desta, pouca ou nenhuma propensão a consumir. No que se refere à Previdência Rural, as evidências empíricas demonstram que, entre os Censo de 1991 a 2000, o poder de compra e a distribuição de renda entre as famílias beneficiadas melhoraram (DELGADO e THEODORO, 2005). Não diferentemente, o PBF e BPC também contribuíram para a redução na desigualdade de renda, posto que reduziram o Índice de Gini em 21% após o seu período de implantação (SOARES, 2008).

No Lago do Limão, ambas as Políticas Sociais auxiliam a composição da renda de diversas famílias, sendo essa afirmação evidenciada por meio do Gráfico 06, no qual é demonstrado que quase na metade das famílias (47,5%) entrevistadas possuem algum tipo de benefício.

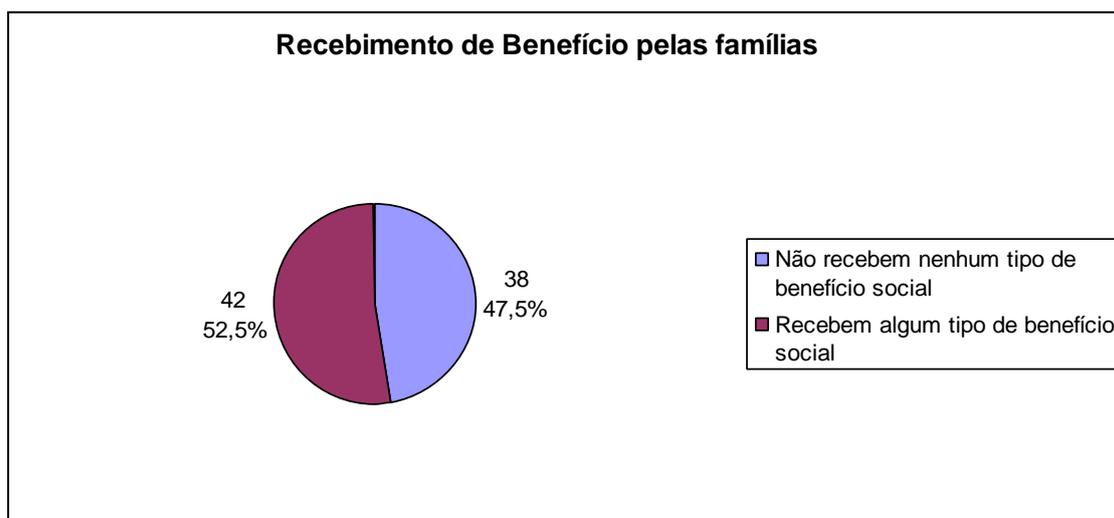


Gráfico 06 – Recebimento de benefícios pelas famílias entrevistadas
FONTE: Pesquisa de Campo, 2010.

No que tange ao tipo de Política Social, os benefícios equiparam-se (Gráfico 07), sendo que poucas famílias recebem mais de uma Política Social, demonstrando a distribuição igualitária dentre os benefícios.

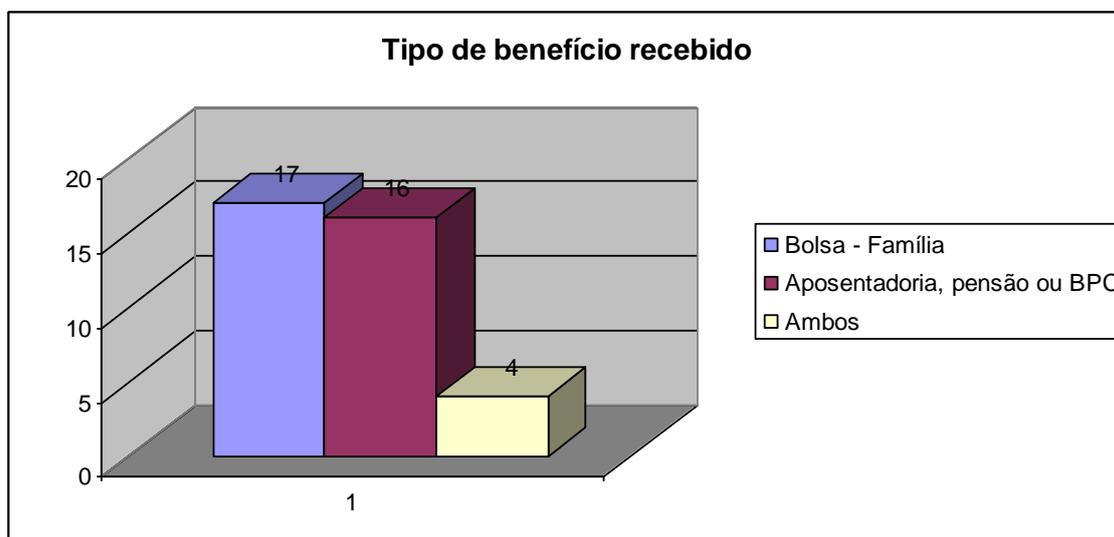


Gráfico 07 – Tipo de benefício recebido – Lago do Limão, 2010
FONTE: Pesquisa de Campo, 2010

As Políticas Sociais, principalmente no que se referem às aposentadorias, pensões e BPC, representam uma boa parcela, senão a única, renda familiar (Tabela 07). Essa característica se deve ao valor de tais benefícios, sempre maiores ou iguais a 01 salário mínimo. Em pesquisa realizada em Rio de Janeiro e Ilhéus, foi encontrado resultado próximo: nos domicílios pesquisados, 39% possuíam o benefício social como única renda (SABÓIA, 2004).

Representatividade das aposentadorias, pensões ou BPC na composição renda familiar	Abs.	%
Única renda	09	50
Mais de 80% da renda familiar	03	16,6
Mais de 60% da renda familiar	03	16,6
Mais de 30% da renda familiar	01	5,5
Total	18	100

Tabela 07 - Representatividade das aposentadorias, pensões ou BPC na composição renda familiar – Lago do Limão, 2010

FONTE: Pesquisa de Campo, 2010

Por sua vez, o PBF, por apresentar um menor valor, alcançando o teto máximo de R\$172,00 por família, possui uma representatividade inferior na composição da renda familiar (Tabela 08):

Representatividade do PBF na composição renda familiar	Abs.	%
Única renda	1	5,8
Mais de 40% da renda familiar	2	11,7
Mais de 30% da renda familiar	5	31,25
Mais de 20% da renda familiar	2	11,7
Mais de 10% da renda familiar	5	31,25
Menos de 10% da renda familiar	1	5,8
Não informado	1	5,8
Total	16	100

Tabela 08 - Representatividade do PBF na composição renda familiar – Lago do Limão, 2010

FONTE: Pesquisa de Campo, 2010.

Em linhas gerais, ao levar-se em conta todas as categorias de renda questionadas junto às famílias, denota-se também a importância das aposentadorias, pensões e BPC na composição da renda familiar, que se destacam até mesmo mais que a agricultura. Tal assertiva demonstra a importância do idoso na composição da renda. Essa tendência é apontada em todo o Brasil rural, cuja fonte de renda principal é a proveniente de aposentadorias e pensões (BELTRÃO, 2004). A atividade ou meio da qual se extrai a principal fatia da renda familiar é demonstrado no Gráfico 08:

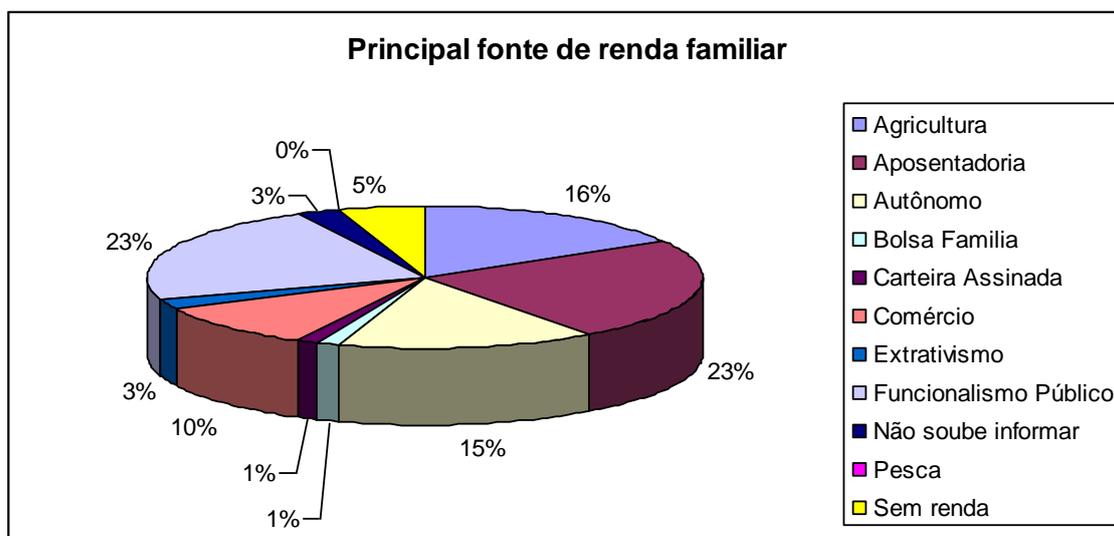


Gráfico 08 – Principal fonte de renda familiar
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2010.

Ao mesmo tempo, sob a ótica da economia, não se desmerece a importância das atividades produtivas, que representam 67,25% dentre as principais fontes de renda. Contudo, faz-se mister demonstrar como principal fonte de renda atividades informais com 43,5%, que acarretará futuramente maior demanda por Políticas Sociais de caráter não contributivo.

No que tange a natureza da atividade produtiva – rural ou urbana – é importante ressaltar as atividades de caráter urbano, que correspondem a 48,75% do total. Por sua vez, as atividades de caráter rural representam somente 18,75%, sendo inferior até mesmo em relação às rendas provenientes do setor não produtivo – as políticas sociais – que representam 25% das principais fontes de renda familiar. A importância das transferências de renda na composição de renda familiar é uma tendência nacional, dada à ampliação de tais políticas sociais. No Brasil, no intervalo entre 1978 – 2008, a importância das transferências de renda na composição da renda familiar saltou de 8,1% para 19,3% (BRASIL, 2010).

No que tange a reduzida importância das atividades rurais na composição da renda familiar, infere-se que a aglomeração pode ter concorrido para tal assertiva. Hoffman e Kageyama (2003), por exemplo, apontam tal tendência, posto que ocorre com a aglomeração a inserção de outras atividades de caráter informal. Afora essa característica, infere-se que essa conjuntura revela que a população prefere receber benefícios sociais a investir na produção agrícola a fim de ofertar excedentes.

Não obstante, faz-se mister ressaltar que o recebimento de uma política social não inibe por completo a atividade agrícola, podendo até auxiliar na produção. A tabela 09 demonstra a relação equiparada entre os que afirmaram praticar agricultura e recebem ou não benefícios sociais:

Praticam agricultura* e recebem algum tipo de benefício social		
-	Absoluto	%
Sim	19	50
Não	19	50
Total	38	100

Tabela 09 – Praticam agricultura e recebem algum tipo de benefício social

FONTE: Pesquisa de campo, 2010.

* Seja para o autoconsumo ou para ofertar excedentes.

Mesmo assim, é importante demonstrar que esse número poderia ser maior, posto que muitas famílias – o que corresponde 22,5% das famílias entrevistadas - desistiram de praticar agricultura, sendo o principal motivo citado (Tabela 10), o baixo rendimento, o que reforça a afirmação de que as famílias ao receberem benefícios sociais preferem não arriscar seus rendimentos fixos e mensais a rendimentos temporários e incertos.

Principal motivo para desistir da agricultura		
Motivo	Absoluto	%
Baixo rendimento	9	50
Simplemente me aposentei	4	22,2
Não gosto de agricultura	1	5,5
Somente ajudava os pais	2	11
Falta de mercado	1	5,5
Não éramos donos da terra	1	5,5
Total	18	100

Tabela 10 – Principal motivo para desistir da agricultura
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2010.

As atividades agrícolas, por conta dos fatores estruturais, ou seja, os baixos níveis de tecnologia proporcionam uma baixa produtividade (DELGADO, 2005). Os rendimentos por ela proporcionados se demonstram inferiores aos ganhos das demais atividades e das políticas sociais. Para obter tal afirmação, dividiram-se as rendas nas seguintes categorias:

- 1** - Fonte de renda s/ qualquer atividade rural ou benefício
- 2** - Fonte de renda composta por atividade rural e recebe benefício
- 3** - Fonte de renda composta de atividade rural e não rural e não recebe benefício
- 4** - Fonte de renda sem atividade rural, mas recebe algum tipo de benefício
- 5** - Fonte de renda composta somente por benefício
- 6** - Fonte de renda composta somente por atividade rural

Dividindo a renda em tais categorias, foi possível obter as seguintes medidas de tendência central em relação aos ganhos (Tabela 11 e Tabela 12):

Média de ganhos conforme categorias – em R\$					
1	2	3	4	5	6
1539,04	668,07	1905,71	876,6	647,35	416,66

Tabela 11 – Média de ganhos conforme categorias de análise
 FONTE: Pesquisa de campo, 2010

Medidas de Tendência Central - em R\$				
Categoria	Máximo	Mínimo	Mediana	Moda
01	5000	400	1200	1200
02	1510	190	585	-
03	5220	500	1500	2100
04	2020	330	673,50	-
05	1121	112	510	510
06	600	200	450	500

Tabela 12 – Medidas de Tendência Central – Ganhos em R\$
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2010.

Por meio deste quadro, obtém-se que a combinação de atividades rurais e não rurais, sem benefícios sociais, proporcionam (categoria 03) uma melhor fonte de renda – embora seja importante ressaltar o máximo de R\$ 5220,00 e mínimo de R\$ 500,00 – em seguida, as “famílias independentes” de benefícios sociais e que não praticam atividade rural, também apresentam bons rendimentos, sendo também importante ressaltar o máximo de R\$ 5000,00 e o mínimo de R\$ 400,00.

Por sua vez as famílias que combinam atividades rurais e benefícios – apresentam rendimentos inferiores às famílias que combinam rendimentos não rurais e benefícios, sendo essa afirmação verificada em todos os aspectos – médios, máximos e mínimos – o que demonstra, de fato, o baixo rendimento das atividades agrícolas.

Por fim, ao relacionar os ganhos das famílias que recebem somente benefícios das famílias que somente praticam atividades rurais, afirma-se que é mais “vantajoso” depender do benefício social, do que investir na produção agrícola, que gera poucos ganhos. Tal assertiva requer uma reflexão sob a ótica do desenvolvimento econômico. Ao levar-se em conta o grau de informalidade, bem como a desistência da agricultura por conta dos baixos rendimentos, faz-se mister ressaltar políticas de desenvolvimento

que elevem a produtividade e resultem na oferta de excedentes para o mercado, (DELGADO, 2005) posto que o aglomerado rural apresenta elevada população em idade ativa. O PBF, por sua vez, ao abranger tal população apta para o mercado de trabalho, evidencia que o Estado reconhece a incapacidade do sistema econômico em prover oportunidades igualitárias a todos (JACCOURD, 2009).

Além disso, a elevação da produtividade resultaria em uma maior participação de Iranduba no denominado “cinturão verde” que abastece Manaus, que na atualidade representa somente 12,08% dos produtos escoados. Essa participação é inferior até mesmo que Manacapuru – que representa 16,87% - município duas vezes mais distante que Iranduba em relação à Manaus (PEREIRA, 2008). Mesmo assim, deficiências na logística do escoamento são facilmente equacionadas, devido a curta distância e boa qualidade da estrada de acesso.

No tocante a quantidade de fonte de renda familiar, é perceptível que a maior parte das famílias possui (82,5%) apenas entre uma a duas fontes de renda na composição de renda familiar, o que demonstra baixa diversificação nas atividades rentáveis, gerada pelo fraco dinamismo econômico, conforme demonstrado na tabela 13:

Quantidade de fontes de renda por família		
Qtde.	N. de famílias	%
0	4	5,00%
1	32	40,00%
2	34	42,50%
3	9	11,25%
4	1	1,25%
Total	80	100

Tabela 13 – Quantidade de fontes de renda por família
 FONTE: Pesquisa de campo, 2010.

Por sua vez, ao se classificar as famílias quanto ao tamanho da renda, obtém-se o seguinte quadro:

Grupos de rendimento – em salários mínimos		
Renda	Absoluto	%
Sem renda	4	5
Menos de 01 salário	20	25
01 salário	11	13,75
Menos de 02 salários	16	20
02 a 03 salários	19	23,75
04 a 05 salários	3	3,75
Mais de 05 salários	5	6,25
Não informado	2	2,5
Total	80	100

Quadro 10 – Fontes de renda em salários mínimos
 FONTE: Pesquisa de campo, 2010

A quantidade de famílias recebendo menos de 02 salários mínimos (63,75%), bem como ao se pormenorizar a análise obtém-se 43,75% das famílias mantendo-se com até 01 salário mínimo. Tal afirmação não traz novidade, posto que renda em área rural é inferior em relação à renda em área urbana. Corroboram com tal assertiva os dados da PNAD (2008), que demonstram que a renda média das famílias rurais não representam nem a metade das famílias de domicílio em situação urbana.

Ampliando-se a análise ao levar-se o número de indivíduos das famílias – renda *per capita* – (Tabela 14) demonstra-se que 63,75% das famílias se encontram em situação de indigência ou pobreza. Essa conjuntura é superior a do país, no qual 39,3% se encontram em semelhante situação (IPEA, 2010).

Diante dos dados empíricos da Tabela 14, depreende-se que mais famílias teriam direito ao PBF e não o tem, ou seja, pelo menos 29 famílias estão aptas a receber o benefício, contudo somente 21 o recebem, demonstrando que tal política social possui deficiências quanto a sua cobertura.

Renda per capita e classificação do IPEA			
Classif. IPEA	Renda per capita	Abs.	%
Não pobres	Acima de 1/2 salário mínimo	27	33,75
Pobres	< ou = a 1/2 salário mínimo (255,00) e acima de 1/4 de salário (127,50)	22	27,5
Indigência	< ou = a 1/4 de salário mínimo (127,50)	29	36,25
-	Renda não informada	2	2,5
Total		80	100

Tabela 14 – Renda per capita e classificação do IPEA
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2010.

Mesmo assim, depreende-se dessa situação que caso não existissem os benefícios sociais, a quantidade de famílias em situação de pobreza e indigência seria maior. De acordo com Jaccoud (2009), estima-se que com a ausência das transferências de renda previdenciárias e assistenciais, o patamar de indigência no país dobraria, assim como cresceria de forma expressiva os percentuais de pobreza. No Lago do Limão, ao comparar o período antes do PBF, por exemplo (Censo 2000), com o período pós-PBF, depreende-se que o número de famílias sem rendimento declinou 19,53%, sendo que tais famílias podem ter sido absorvidas principalmente na categoria de 1/2 até 01 salário mínimo (tabela 15):

Renda	2000		2010	
	absoluto	%	absoluto	%
Até 1/2	2	1,37%	3	3,85%
1/2 sal a 01	32	21,92%	26	33,33%
Mais de 01 a 02	39	26,71%	21	26,92%
Mais de 02 a 03	23	15,75%	11	14,10%
Mais de 03 a 05	8	5,48%	9	11,54%
Mais de 05	6	4,11%	4	5,13%
Sem rendimento	36	24,66%	4	5,13%
Total	146	100,00%	78	100,00%

Tabela 15 – Rendimento nominal familiar
 FONTE: Microdados IBGE 2000, Pesquisa de Campo, 2010.

Convém assinalar que os benefícios sociais não contributivos tais como o BPC e PBF, não devem ser vistos como um “peso” para a sociedade que paga tributos diretos. Ao levar-se em conta que o erário é composto principalmente por impostos indiretos como o ICMS, IPI, dentre outros, bem como a maior proporção de pobres e indigentes que arca também com tais impostos, depreende-se que a maior parte dos recursos do tesouro nacional são custeados pela população menos favorecida, conforme assinala Afonso (2008, p.58): “os mais pobres gastam toda ou quase toda sua renda em consumo, logo, pagam relativamente mais tributos relativamente à sua renda, do que os mais ricos”. Sendo assim, os benefícios sociais nada possuem de “favor” aos pobres e indigentes.

Não obstante, deve-se ter o cuidado na afirmação da pobreza ou não, devido à amplitude de seu conceito, que abrange como um todo acesso a necessidades básicas, bem como outros atributos, tais como educação e saúde. Segundo Dornelles (2008, p.07)

[...] a pobreza não pode ser considerada levando-se em conta o caráter do discriminante econômico, ela é geradora de um processo de desqualificação pessoal, coletivo e, se persistente, com danos irreparáveis para todo o tecido social.

Por fim, ressalta-se um aspecto que minimiza a condição de pobreza da população do Lago do Limão, além das políticas sociais. Trata-se da relação homem-meio, a ser discutida na próxima seção.

4.3 - A relação homem-meio no Lago do Limão

O rural do Amazonas apresenta em seu contexto, características peculiares em relação aos demais estados da Federação, tais como o predomínio do extrativismo, bem como uma agricultura não capitalista, ocasionado uma sustentabilidade para os povos

que nela habitam. Além disso, o extenso território facilita o acesso de famílias a terras devolutas, que passam a depender dos recursos naturais nela existentes. Nesse sentido, a relação homem meio é evidenciada por meio da combinação das atividades primárias, tais como agricultura, extrativismo, caça e pesca, de modo que o conhecimento é herdado por meio das diversas gerações. Tal contexto é descrito por Witkoski et al. (2007, p. 179)

[...] por meio da prática agroflorestal – centro da gravitação em torno da qual giram grande parte das atividades ribeirinha – é possível evidenciar a diversidade de cultivos praticados pelos ribeirinhos, suas estratégias de conservação das manivas da mandioca para o próximo plantio, as práticas de consórcio entre cultivos visando solucionar o problema da proliferação das pragas e otimizar o uso racional da terra, apresentar a diversidade dos componentes frutíferos dos sítios e sua importância para a subsistência ribeirinha e eventual comercialização [...]

Essa realidade não se demonstra diferente no Lago do Limão, concluindo que apesar da baixa renda apresentada pela maior parte dos pesquisados, tais atividades do setor primário contribuem para a manutenção da população nesse aglomerado rural. Em áreas urbanas, dada à indisponibilidade de recursos naturais, a necessidade de ter ou não renda implica até mesmo na segurança alimentar³³. Em pesquisa com o intuito de comparar a segurança/insegurança alimentar em áreas rurais e urbanas, verificou-se que embora a renda fosse mais bem distribuída na área urbana, Manaus, a segurança alimentar é maior em áreas rurais – Iranduba e Manacapuru, incluindo o Lago do Limão (YUYAMA et al., 2009).

No que concerne à pesquisa de campo, pode ser constatado o predomínio de agricultura voltada para a oferta de excedentes, embora a agricultura voltada para o autoconsumo não tenha sido irrelevante (Tabela 16). Quanto às culturas, constataram-se o predomínio policultural nas propriedades rurais que ofertam excedentes, o que pode

³³ Conforme os autores, “segurança alimentar é definida como acesso contínuo a quantidade e a qualidade suficiente de alimentos, obtido por meio social aceitável, garantindo-se, desta forma, o bem estar e a saúde das pessoas”.

ser atribuído as oscilações dos preços agrícolas. A variedade na oferta de produtos promove segurança ao produtor, posto que quando o preço de uma cultura cai, pode ser compensada a perda pelo aumento de outra.

Prática da agricultura – Lago do Limão								
Modalidade	Policultural		Monocultura		Não informado		Total	
Ofertar excedentes	13	68%	9	60%	4	100%	26	68%
Autoconsumo	6	32%	6	40%	-	-	12	32%
Total	19	100%	15	100%	4	100%	38	100%

Tabela 16 – Prática da agricultura quanto à modalidade e modos policultural ou monocultural
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2010.

Embora os dados apontem a superioridade das propriedades que ofertam excedentes para o mercado, a pesquisa de campo pode presumir, embora não tenha sido questionado aos entrevistados, que a segurança alimentar em relação à oleagionosas, legumes e frutas provém da agricultura voltada para o autoconsumo, já que os produtores que informaram o local de comercialização (Tabela 17), a maior parte se dá em Manaus.

Local para comercialização de excedentes		
Manaus	7	27%
Próprio Local	3	12%
Ambos	1	4%
Não informado	15	57%
Total	26	100%

Tabela 17– Local para comercialização de excedentes dos produtores agrícolas do Lago do Limão
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2010.

Importa ressaltar a segurança alimentar proporcionada pela unidade hidrográfica, o lago, que fornece peixes para a população no período da seca, na qual a abundância é característica de rios, lagos e igarapés amazônicos. A pesca voltada para o

autoconsumo destaca-se em relação à pesca comercial. Não obstante, convém assinalar, a baixa representatividade do extrativismo vegetal, tanto em termos comerciais, quanto para autoconsumo. Essas informações são evidenciadas pela Tabela 18:

Fins	Tipo de extrativismo					
	Animal	Vegetal	Ambos	Não praticam	Não informaram	%
Autoconsumo	29	1	10	-	-	50
Comércio	1	3	-	-	-	5
Total	30	4	10	-	-	-
-	-	-	-	18	18	45
%	37,5	5	12,5	22,5	22,5	100

Tabela 18 - Relação homem versus meio ambiente Lago do Limão
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2010.

O predomínio do extrativismo para autoconsumo ressalta a existência do “sistema cabloco³⁴” no Lago do Limão, no qual o habitante rural possui o conhecimento tradicional da terra, praticando o sistema policultural - no qual predomina o cultivo da mandioca - aliado ao extrativismo que promovem sustentabilidade (BRONDIZIO e SIQUEIRA, 1992). O Quadro 11, que traz o ranking da quantidade de produtores por cultura, confirma a afirmação dos autores. Nele são demonstradas as diversas espécies foram citadas na pesquisa de campo:

³⁴ Segundo Brondizio e Siqueira (1992), o sistema cabloco consiste na economia de subsistência baseada em atividades primárias, tais como extrativismo, pesca, caça, coleta e agricultura de corte e queima.

Ranking da quantidade de produtores por cultura					
Posição	Cultura	Produtores	Posição	Cultura	Produtores
1º	Mandioca	21	12º	Batata	2
2º	Maracujá	8	13º	Pim. Reino	2
3º	Açaí	5	14º	Manga	2
4º	Jerimum	5	15º	Banana	2
5º	Maxixe	4	16º	Mamão	1
6º	Melancia	3	17º	Pepino	1
7º	Milho	3	18º	Quiabo	1
8º	Limão	3	19º	Pimentão	1
9º	Laranja	3	20º	Ábobora	1
10º	Feijão	2	21º	Noni	1
11º	Côco	2		Não informou	3

Quadro 11 – Quantidade de produtores por cultura
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2010.

Diante do exposto, a população do Lago do Limão se mantém em área rural, mesmo que a lógica migração campo-cidade ainda permaneça, no entanto entende-se que sem a relação homem-meio e a complementação das rendas, bem como outros fatores não mensurados, contribuem para que essa migração seja menor. Ressalta-se também a satisfação dos entrevistados em relação ao Lago do Limão, conforme tabela 19:

Nível de satisfação com a Comunidade		
Alto	56	70%
Médio	6	7,50%
Baixo	1	1,30%
Não informado	17	21,20%
Total	80	100%

Tabela 19 – Nível de satisfação com a Comunidade
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2010.

É notável que, conforme a pesquisa, a permanência em área rural é uma opção que traz satisfação, ou seja, estas famílias estão satisfeitas em residir na comunidade.

Certamente, na cidade, não poderiam gozar de tal sustentabilidade. Sendo assim, o Lago do Limão, passa a deixar de ter somente fatores de repulsão, por conta de seu baixo dinamismo econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pequenos municípios brasileiros, por conta do seu baixo dinamismo econômico, possuem forte dependência em relação ao Estado. Esta dependência pode ser verificada por meio das transferências constitucionais tais como o FPM, que se demonstram superiores às arrecadações próprias desses municípios.

No município de Iranduba essa conjuntura não se mostra diferente, de modo que se na sede do município já se verifica baixo dinamismo econômico, quiçá em suas áreas rurais.

Nesse contexto se insere o Lago do Limão, que apesar de seu baixo dinamismo econômico, se expandiu espacialmente e recebeu migrantes, algo que refuta as teorias econômicas neoclássicas, nas quais o fator econômico predomina sobre as decisões de migrar. Sendo assim, fatores como tranquilidade, educação e o casamento com alguém da comunidade predominaram na decisão de migrar para o aglomerado.

Essa comunidade, assim intitulada pelos seus habitantes, surgiu há cerca de 200 anos e por conta da implantação de infraestrutura por parte do Estado, tais como a estrada, criada durante os anos 1970 com o intuito de interligar a comunidade a sede do município e a Manaus, além da escola, passou a se expandir, de modo que atraiu população que anteriormente habitava o Lago, bem como migrantes de Manaus e de outras comunidades de Iranduba, tornando-se assim um aglomerado rural.

Mesmo assim, as migrações em direção a Manaus de parte de sua população é fato, posto que políticas de desenvolvimento regional voltadas para a Amazônia embora tenham contemplado o setor agrícola, não se mostraram tão eficientes quanto às voltadas para Manaus, principalmente no que se refere à Zona Franca, característica que deixou o rural amazônico sem um mercado dinâmico, com grandes bolsões de pobreza.

Sendo assim, o Lago do Limão, conforme o IBGE, apresentou declínio em seu contingente populacional durante o período 2000-2007. Contudo, esse aglomerado rural apresentou expansão em seu contexto espacial, devido à demanda por novas residências de famílias no início do seu “ciclo vital”.

Dada o baixo dinamismo econômico das áreas rurais amazônicas, tais como o Lago do Limão, faz se mister a presença do Estado como “distribuidor de renda”. Assim, a dependência desse aglomerado rural no que se refere às políticas sociais pôde ser evidenciada, posto que as aposentadorias se destacam como principal fonte de renda familiar. Além disso, 47,5% das famílias entrevistadas recebem algum tipo de benefício social. Não obstante, deve se enfatizar que habitando o Lago do Limão ou não, tais famílias teriam acesso aos benefícios sociais. Portanto, os programas de transferência de renda auxiliam na manutenção da população no aglomerado rural, porém não são determinantes para tal processo.

Importa ressaltar, que as políticas sociais terminaram por induzir uma retração na produção agrícola, posto que a população prefere receber benefícios a produzir. Tal assertiva advém da desistência da atividade primária por parte de algumas famílias que assim, deixaram de auferir rendimentos provenientes desse setor. Além disso, a renda familiar oriunda somente de atividades rurais demonstraram ser inferiores as rendas familiares de caráter urbano ou composto por benefícios. Nesse sentido, políticas que facilitem a produtividade como crédito, assistência técnica, preço mínimo, fácil escoamento, não elevariam a contento a produtividade do setor primário do Lago do Limão.

Porém, o fato de receber benefícios sociais, de natureza contributiva ou não, não representa somente o fim da produção, ou seja, esses rendimentos podem auxiliar o processo produtivo, posto que metades das famílias que trabalham com agricultura

recebem algum tipo de benefício social. Além disso, as políticas sociais auxiliaram na distribuição de renda, cumprindo de fato com o seu papel. A redução de famílias sem rendimento após a implementação do PBF corrobora com essa afirmação, conferindo a famílias o mínimo de dignidade. Tais famílias aumentaram seu poder de consumo, além de movimentar a pequena economia local.

Diante do exposto, afirma-se que estudar uma área rural de baixo dinamismo econômico, que se expandiu e recebeu migrantes, ainda que em pequena escala, justificam esta pesquisa.

O aglomerado rural do Lago do Limão, por mais que não apresente futuramente um pujante incremento demográfico, manterá o fenômeno aglomerativo, ainda que migrações para a cidade de Manaus continuem ocorrendo. Tal manutenção pode ser explicada por diversos fatores, tais como a promoção das políticas sociais, satisfação em residir na comunidade, e a relação do homem com o meio específico em comunidades amazônicas.

Nesse contexto, a presença do Estado no que se refere às políticas sociais em seus diversos âmbitos – educação, saúde, emprego e renda e transferências de renda – são necessárias para a promoção do desenvolvimento rural.

Desse modo, advoga-se a importância de tais políticas no que tange a melhoria da qualidade de vida da população, ao mesmo tempo em que se reconhece que estas requerem avanços: a saúde que ainda deixa a desejar, a educação que apresenta deficiências, o PBF que ainda não é direito, se restringindo a um determinado orçamento público, excluindo famílias aptas a receber e não erradicando a pobreza. Sendo assim, é necessário à alocação de maiores recursos, bem como uma eficiente gestão para uma melhor implementação das políticas sociais.

Por fim, reconhece-se, a necessidade de pesquisas que considerem fatores de ordem sociológica que induzam a migração e permanência da população no Lago do Limão e em outras áreas rurais que experimentem baixo dinamismo econômico. Sendo assim, ressalta-se que os resultados desta pesquisa referem-se exclusivamente ao Lago do Limão, não generalizando para as demais áreas rurais.

REFERÊNCIAS

AFONSO, José R. Rodrigues; SERRA, José. O Federalismo Fiscal à brasileira: algumas reflexões. *Revista do BNDES*, 2000. Disponível em: <www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/...pt/.../e0001793.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2010.

_____. Uma visão geral da reforma tributária e o custeio dos gastos sociais. *Carta Social e do Trabalho*, n. 8 – jan./ago. 2008. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/cesit/boletim8/Versao_Integral_08.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2010

ALBUQUERQUE, Pedro H.; MENDONÇA, M. J. C. *Perfil do Migrante Brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009 (Texto para Discussão, 1410). Disponível em: <ideas.repec.org/p/ipe/ipetds/1410.html>. Acesso em: 15. set. 2009.

ALDRICH, Lorna; KUSMIN, Lorin. “*Rural Economic Development; What Makes Rural Communities Grow?*” *Agriculture Information Bulletin*, 737. United States Department of Agriculture, set. 1997.

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. Condensado de Informações Sobre a Região Metropolitana de Manaus - 1. ed. Atual. Manaus: SEPLAN, 2009.

ARRAES, Ronaldo A.; LOPES, Carlos M. M.; Federalismo Fiscal e Gestão Orçamentária: Fatores Causadores da Insolvência dos Municípios do Estado do Ceará. In: *Centro de Estudos de Economia Regional da Universidade Federal do Ceará*. nº 019, 2000. Disponível em: <www.caen.ufc.br/pesquisa/td/TD6.htm>. Acesso em: 23 mai. 2010.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e Políticas Sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. *São Paulo em perspectiva*, v. 18 n. 2, 2004. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a03v18n2.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2010.

AZEVEDO, S. J. S. Território e análise sóciodemográfica: contribuições para a definição de demandas sociais o exemplo das telecomunicações e da saúde pública em Campinas. In: CUNHA, Jose Marcos P. (Org.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006, p. 493 - 513.

BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística aplicada às Ciências Sociais*. 7. ed. Santa Catarina: UFSC, 2006.

BERNADELLI, Maria Lúcia F. da Hora. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, v. 1, p. 33-52.

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo e Sociedade: para uma Teoria Geral da Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BRASIL, M. C.; MOURA, H. A.; SANTOS, C. A. *Retrato populacional do Amazonas*. Recife: Massangana, 2000.

_____; TEIXEIRA, Pery. Migrações para a Região Norte. (Texto não publicado)

BRASIL, Ministério da Administração e Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado. Brasília, 1995.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

_____. Presidência da República. Lei nº 8.742, de 7 de janeiro de 2004. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

_____. IPEA. Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil. Comunicado IPEA n. 58, Brasília: IPEA, 2010.

_____. IPEA. Previdência e Assistência Social: Efeitos no rendimento familiar e sua dimensão nos Estados. Comunicado IPEA n.59, Brasília: IPEA, 2010.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami (et al.). A Constituição de 1988 e o acesso da população rural brasileira a seguridade social. In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 320-351.

BREMAEKER, François E. J.; Necessidades Financeiras Para Fazer Face À Pressão Demográfica Sobre Os Municípios. *IBAM/APMC/IBANCO*, Série Estudos Especiais, n. 19, Rio de Janeiro, janeiro de 2001. Disponível em: <www.ibam.org.br/publicue/media/esp019p.pdf> Acesso em: 23 mai. 2010.

BRONDIZIO, Eduardo Sonnewnd; SIQUEIRA, Andréa Dalledone. O Habitante Esquecido: o caboclo no contexto amazônico. *São Paulo em Perspectiva*, v. 6, n.12 p. 187-192, janeiro/junho 1992.

CARDOSO JR, José Celso. A questão do trabalho urbano e o sistema público de emprego no Brasil contemporâneo: décadas de 1980 e 1990. In: JACCOUD, Luciana (org). *Questão social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005. p. 127-177.

CARNEIRO, Maria José. *Ruralidade: novas identidades em construção*. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.11, p. 53 – 75, outubro 1998.

_____. *Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa*. In: COSTA, Luiz F. C.; MOREIRA, Roberto José. *Mundo rural e Cultura*. Rio de Janeiro: Pronex, 2002, p. 223 – 240.

CARVALHO, José Alberto de Lima. *Terras caídas e conseqüências sociais: Costa do Miracauera – Paraná do Trindade, Município de Itacoatiara, AM, Brasil*.2006. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura da Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, Amazonas.

CONOVER, W. J. *Practical Nonparametric Statistic*. John Wiley & Sons, Inc. 2th edition, New York, 1980.

CORRÊA, Roberto L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná E.;_____; GOMES, Paulo C. da C.; *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2007. p. 15-47.

CHAYANOV, A. V. *La Organización de la Unidad Camponesa*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CZERMAINSKI, Ana B. Costa; *Análise de Correspondência*. São Paulo: USP, 2004. Disponível em: <ce.esalq.usp.br/tadeu/anabeatriz.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2010.

DAMIANI, Amélia Luísa. *População e Geografia*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

DELGADO, Guilherme C.; THEODORO, Mário. Desenvolvimento e Política Social. In: JACCOUD, Luciana (org.); *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005. p. 409 – 435.

_____. O setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica e formas de reprodução. In: JACCOUD, Luciana (org.); *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005. p. 19 – 50.

_____. O Idoso e a Previdência Rural no Brasil: A experiência recente da universalização. In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 293 – 320.

DORNELLES, D. F. Pobreza e Políticas Sociais: É possível combinar complexidade com equidade? *E-cadernos*, v. 02, p. 01-20, 2008. Disponível em: <www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/.../Denise%20Dornelles.pdf> Acesso em: 15 jun. 2010.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 11-31.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FEITOZA, José Maria do Rego. *Extensão rural no Amazonas: Concepções pedagógicas no planejamento do IDAM – AM*. 2003. Tese (Pós-Graduação em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREITAS, Henrique; MUNIZ, J. Raquel; Aprofundando a análise de dados através da Análise de Correspondência. *Quanto & Quali Revista*. Disponível em: <www.quantiquali.com.br/.../Aprofundando%20a%20analise%20de%20dados%20atraves%20d> . Acesso em 15 mar. 2010.

GALIZONI, Flávia Maria (et. al.). Água e aglomeração espacial da população rural do alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: HOGAN, Daniel Joseph. (Org.). *Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2007, p. 205-222.

GARRIDO FILHO, Irene. *A Zona Franca de Manaus*. Revista A Amazônia Brasileira em Foco. Rio de Janeiro: CNDA, n°05, janeiro/junho, 1971.

GEIPEL, Florian; NEUBURGER, Martina. As relações campo – cidade na periferia amazônica: exemplos de Mato grosso e Tocantins. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Santa Cruz do Sul, RS – Brasil - 28 setembro a 01 de outubro 2004. Disponível em: <www.unisc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/desreg/.../01.pdf>. Acesso em: 21 set. 2009.

GROSSI, Mauro E. Del; SILVA, José Graziano. O Novo Rural Brasileiro. *Oficina de atualização temática*, 1999. Disponível em: <www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/novo_rural_br.pdf> Acesso em: 20 set. 2009

HAIR JÚNIOR, Joseph F. et al. *Análise Multivariada de Dados*. 6. ed. Porto Alegre – RS: Bookman, 2009.

HARDT, Leticia P. Antunes; PELLIZZARO, Patrícia Costa. Efetividade do Planejamento Urbano e Regional: a Cidade Planejada e a Cidade Real. III ENCONTRO DA ANPPAS . 23 a 26 de maio de 2006. Brasília – DF. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA426-06032006-211751.PDF> Acesso em: 15 jul. 2010.

HAVEMANN, Robert. *Dialética sem dogma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

HÉBETTE, Jean; MOREIRA, Edma Silva . Situação social nas áreas rurais amazônicas. *Cadernos de Estudos Sociais* (FUNDAJ) Recife/PE, 12 v., p. 383-406, 1996. Disponível em: <www.fundaj.gov.br/geral/textos%20online/amazonia/jean.pdf>. Acesso em: 21 set 2009.

HOFFMANN, Rodolfo; KAGEYAMA, Ângela. Pobreza Rural no Brasil em 2003. In: X Encontro Nacional de Economia Política, 2004, Campinas. Caderno de Resumos, 2004. p. 130-130. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigo/xcongresso109.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2010.

IRANDUBA. Lei n° 129, de 10 de novembro de 2006. Institui o Plano Diretor do Município e dá outras providências.

_____. Lei n° 159, de 23 de dezembro de 1009. Estima a Receita e Fixa a Despesa para o Exercício de 2010, e dá outras providências.

JACCOUD, Luciana. *Pobres, pobreza e cidadania: os desafios recentes da proteção social*. Brasília: IPEA, 2009 (Texto para Discussão, n 1.372).

_____; CARDOSO JÚNIOR, José Celso. *Políticas Sociais no Brasil: Organização, Abrangência e Tensões da Ação Estatal*. In: _____;(org.); *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005. p. 181-260.

JUNK, W.J. As águas da região amazônica In: *Amazônia, Desenvolvimento, Integração, Ecologia*. São Paulo: Brasiliense; (Brasília) CNPq, 1983.

KARAM, Karen Folhadela. A mulher na agricultura orgânica e novas ruralidades. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n.12, 1 v., p. 303-320, janeiro/abril de 2004. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex>. Acesso em: 21 set. 2009.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 6. reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LEWIS, Biorn Maybury. *Terra e Água: Identidade Camponesa como Referência de Organização Política entre os Ribeirinhos do Rio Solimões*. In FURTADO, Lourdes (Org.). *Amazônia, desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida*. Belém: M. P. E. Goeldi, 1997, p. 31-69.

LINDNER, Michele. Manifestações das ruralidades em pequenos municípios do Rio Grande do Sul. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 2008, São Paulo. *Anais Eletrônicos...* 2008. Disponível em: <www.rc.unesp.br/igce/simpgeo/782-794michele.pdf>. Acesso em: 25 set. 2009.

LIMA, Débora Magalhães de. Economia Domestica em Mamirauá.. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (ed.). *Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade*. São Paulo: Anablume, 2006, p. 145 – 193.

_____;POZZOBON, Jorge. Amazônia sócioambiental: Sustentabilidade ecológica e diversidade social. *Revista Estudos Avançados*, v. 19 n° 54, 2005, p. 45 – 76.

LOPES, Magaly Briceno; SANTANA, Elizângela Leão. Produção Familiar e Transformações Sócio-Espaciais no Lago do Limão – Iranduba – Am. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO, 2010, São Paulo. *Anais Eletrônicos ...* 2010. Disponível em: <<http://1757570568541623036-a-1802744773732722657sites.googlegroups.com/site/arquivoscboe3/anais/magaly.pdf?attachauth=>>>. Acesso em: 06. out. 2010.

LOUREIRO, Antônio J. Souto Loureiro. Dados históricos da evolução e crescimento de Manaus. In: Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, *332 anos de Manaus: História e Verdade*. Amazonas: Valer, 2001, p. 79-102.

MATOS, P. C; OLIVERA, G. G. A ação do Programa Bolsa Família em comunidades rurais: O caso do Timbó, Bahia. Biblioteca Virtual da Bolsa Família-Centro Internacional de Pobreza, 2008. Disponível em: <www.undp-povertycentre.org/publications/mds/38P.pdf>. Acesso em: 26 set. 2009.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEHTA, C. R.; PATEL, N. R. Algorithm 643. FEXACT: A Fortran subroutine for Fisher's exact test on unordered r x c contingency tables. *ACM Transactions on Mathematical Software*, 12, 154–161, 1986.

MENDES, Marcos. Reforma Constitucional, Descentralização Fiscal E Rent Seeking Behaviour: o caso dos municípios brasileiros. São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2000. Disponível em: <info.worldbank.org/etools/.../Mendes%20Reforma%20Constitucional.pdf>. Acesso em 23 mai. 2010.

MINGIONE, Enzo; PUGLIESE, Enrico. A Difícil Delimitação do Urbano e do Rural: Alguns exemplos e implicações técnicas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 22, Abril de 1987, p. 83-99. Disponível em: <www.ces.uc.pt/.../_Enzo%20Mingione,%20Enrico%20Pugliese%20-%20A%20Difícil%20Delimitacao%20do%20Urbano%20e%20do%20Rura>. Acesso em: 28 set. 2009.

MINGOTI, Sueli A. *Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. *O mito do desenvolvimento sustentável*. Meio ambiente e custos sociais no moderno produtor de mercadorias. Florianópolis: UFSC, 2008.

MORAES, Claide de Paula. *Arqueologia na Amazônia Central vista de uma perspectiva da região do Lago do Limão*. 2006. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOURÃO, Francisco de Assis. *Contabilidade Social*. Amazonas: EDUA, 2009.

NASCIMENTO, Luiz Roberto Coelho. Problemas estruturais na produção agrícola. (Texto não publicado).

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Revista de Estudos Avançados*, n. 5, 43 v., 2001. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf>. Acesso em: 28 set. 2009.

NUNES, Brasilmar Ferreira. A interface entre o rural e o urbano na Amazônia. In: CASTRO, Edna (org.). *Cidades na Floresta*. São Paulo: Anablume, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI. In: MARQUES, Marta I. M.; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *O Campo no Século XXI*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 29-70.

ORTEGA, Antônio César. *Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural*. Uberlândia, MG: Edufu, 2008.

OSÓRIO, Rafael; SIQUEIRA, Deis. O conceito de Rural. In: *¿Una nueva ruralidad en América Latina?*. Buenos Aires: CLASCO, 2001. Disponível em: <sala.clacso.edu.ar/.../library?...10>. Acesso em: 30 set. 2009.

PEREIRA, José Carlos Matos. A urbanização da Amazônia e o papel das cidades médias na Rede Urbana Regional. In: CARDOSO, Ana Cláudia Duarte (org.). *O Rural e o Urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas*. Belém: EDUFPA, 2006.

PEREIRA, Marcelo de Souza. *O escoamento da pequena produção agrícola na microrregião de Manaus e as modalidades de transporte*. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amazonas, Amazonas.

PONTE, Karina Furnini. (Re) Pensando o Conceito do Rural. *Revista Nera* - ano 7, n. 4 – janeiro/julho de 2004. Disponível em: <www4.fct.unesp.br/nera/revistas/04/02_Karina.pdf>. Acesso em: 01 out. 2009.

PORTOCARRERO, Ricardo Chirinos. *A variabilidade espacial no sitio Osvaldo. Estudo de um assentamento na Tradição Barrancóide na Amazônia Central*. 2006 Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Universidade de São Paulo, São Paulo.

RAMOS, Pedro. *Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento rural*. Revista Estudos Avançados, 2001, n.15, p. 141-156, 43 v.

RICHARDSON, Harry W. *Economia Regional*. Teoria da Localização, estrutura Urbana Crescimento Regional. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SABÓIA, João. Benefícios não contributivos e combate à pobreza de idosos no Brasil. In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro : IPEA, 2004.p 353 – 410.

SACHSIDA, Adolfo (et. al.) Perfil do Migrante Brasileiro. Brasília: IPEA, 2009. (Texto para discussão n. 1410. Disponível em: <ideas.repec.org/p/ipe/ipetds/1410.html> Acesso em: 16 out. 2009.

SANTOS, Angela M. S. P; Reforma do Estado, Descentralização e Autonomia financeira dos Municípios. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 4, n° 2, 2003. Disponível em: <www3.mackenzie.br/editora/index.php/RAM/article/.../39>. Acesso em: 23 mai. 2010.

SCHNEIDER, Sérgio. La pluriactividad en el medio rural brasileño: características y perspectivas para la investigación. In: GRAMMONT, Hubert C. de. (Org.). *La pluriactividad en el campo Latinoamericano*. Quito: Foro de FLACSO, 2009.

SCHWARZER, Helmut. Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil — evidências empíricas de um estudo de caso no Estado do Pará. Brasília: IPEA, 2000 (Texto para discussão n. 729) Disponível em: <desafios.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE> Acesso em: 01 out. 2009.

SCHUH, G. Edward. *O desenvolvimento da agricultura no Brasil*. Rio de Janeiro: APEC, 1976.

SIEGEL, S., CASTELLAN JR, N. J. Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento. Tradução Sara Ianda Correa Carmona. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SIOLI, Harald. *Fundamentos da Ecologia da maior Região de Florestas Tropicais*, Petrópolis: Vozes, 1990.

SOARES, Fábio Veras (et al.). Programas de Transferências de Renda no Brasil: Impactos sobre a Desigualdade. Brasília: IPEA, 2006. (Texto para discussão, n.1228)

Disponível em: <www.undp-povertycentre.org/publications/cct/td_1228.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2010.

SOUZA, Gladys Ferreira (et al.). *Caracterização agro-sócio-econômico de Unidades agrícolas familiares do município de Iranduba*. Manaus: EMBRAPA – CPAA, 1998, 45 p.

SUGAMOSTO, Marisa. Velhice e benefício previdenciário entre os agricultores familiares do município de Colombo – Paraná . In: BRANDENBURG, Alfio et. al (org.). *Ruralidades e Questões Ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas*. Brasília: MDA, 2007, p. 203-240.

TODARO, M. P. *Introdução à economia: uma visão para o terceiro mundo: uma introdução aos princípios, problemas e políticas para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

_____. *Destinos da ruralidade no processo de globalização*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, n.51, pg. 51 – 67. mai/ago 2004.

YUYAMA, Lúcia K. O. (et. al.). Segurança/Insegurança alimentar em famílias urbanas e rurais no Estado do Amazonas: Validação de metodologia e de coleta de informação. *Acta Amazônica*, Amazonas, 37 v 2007. Disponível em: <acta.inpa.gov.br/fasciculos/37-2/BODY/v37n2a11.html> Acesso em: 02 set. de 2009.

WANDERLEY, M. de N. B. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo*. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 15, p. 87 – 146, outubro 2000.

WITKOSKI, Antônio Carlos. *Terra, Florestas e Águas de Trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. Amazonas: Universidade Federal do Amazonas, 2007.

_____. (et al.). O rio (não) comanda a vida: Políticas de Inclusão Social nas Comunidades da Área de Abrangência do PIATAM. In: _____; FRAXE, Therezinha de J. Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos (Org). *Comunidades Ribeirinha Amazônicas: memória, ethos e identidade*. Manaus: EDUA, 2007. p. 159-174

Sites consultados:

<www.ibge.gov.br>. Acesso em 15 set. 2009.

<www.previdenciasocial.gov.br/>. Acesso em 13 jan. 2010

<www.mte.gov.br/seg.../modalidades_artesanal.asp>. Acesso 13 jan. 2010.

<www.mds.gov.br/servicos/fale...1/.../cadastro_inclusao>. Acesso 20 jan. 2010.

<www.mds.gov.br/bolsafamilia/...programa_bolsa_familia/o-que-e>. Acesso 20 jan. 2010

<www.mds.gov.br/bolsafamilia/.../bolsa-familia-tem-limite-de-renda-ampliado>.

Acesso 20 jan. 2010

<www.planalto.gov.br> . Acesso em 11 mai. 2010.

<www.portaltransparencia.gov.br> . Acesso 23 abr. 2010.

<www.idam.am.gov.br>. Acesso em 25 abr. 2010.

ANEXOS

ANEXO 01 – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/UFAM



PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas aprovou, em reunião ordinária realizada nesta data, por unanimidade de votos, o Projeto de Pesquisa protocolado no CEP/UFAM com CAAE nº. 0048.0.115.000-10, intitulado: “**Transferências de renda e infra-estrutura na formação de aglomerado rural no Lago do Limão - Iranduba**”, tendo como Pesquisadora Responsável Magaly Briceno Lopes.

Sala de Reunião da Escola de Enfermagem de Manaus – EEM da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus/Amazonas, 14 de abril 2010.

Prof. MSc. Plínio José Cavalcante Monteiro
Coordenador CEP/UFAM

Escola de Enfermagem de Manaus – EEM/UFAM

Rua Teresina, 4950 – Adrianópolis – CEP: 69057-070 – Manaus-AM – Fone: (92) 3305-5130 – E-mail: cep@ufam.edu.br

ANEXO 02 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UFAM
UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Senhor (a) para participar do Projeto de Pesquisa “Transferências de renda e infra-estrutura na formação de aglomerado rural no Lago do Limão – Iranduba”, dos pesquisadores Magaly Briceno Lopes e Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira, com o intuito de verificar se as transferências de renda têm contribuído para a formação do aglomerado rural no Lago do Limão. Os resultados terão como benefício e produção de conhecimento a respeito da intervenção do Estado, por meio da concessão de benefícios sociais, bem como da oferta de uma infra-estrutura necessária, como escolas e posto de saúde, contribuem para a manutenção da população em áreas rurais. O instrumento aplicado na pesquisa será o questionário, contendo informações a respeito da renda familiar, bem como outras características, como quantidade de pessoas na residência, migração, idade, dentre outras. Informando ao sujeito de pesquisa que poderá se retirar sem qualquer despesa, conforme Res. CNS n° 196/96. Fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, concordo em participar do projeto. Para qualquer outra informação o (a) Senhor (a) poderá entrar em contato com o telefone (92) 3305-4641, ou pelo endereço Av. General Rodrigo Otávio, 3000, setor Norte, Faculdade de Estudos Sociais, na coordenação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

_____ ou

Data: ___/___/___

Assinatura do participante

Data: ___/___/___

Pesquisador responsável

ANEXO 03 – FORMULÁRIO DE PESQUISA

Universidade Federal do Amazonas
Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional
Pesquisadora: Magaly Briceno Lopes

Questionário de pesquisa– Campo Lago do Limão

N. da amostra: _____

1) Pessoa de referência: _____ Data: __/__/__

2) A residência do (a) entrevistado (a) encontra-se no (a):

- a – vila
- b – campo
- c – estrada
- d – baixada
- e – paraíso

3) Qtde de pessoas na residência:

- a - Homens: _____
- b - Mulheres: _____
- Total: _____

4) Idades dos moradores: _____

5) Quanto ao domicílio:

- a- () Própria
- b-() cedida
- c - () alugada / preço: _____

6) Quantidade de famílias residindo no mesmo domicílio:

- a - uma
- b – duas
- c – três

7) Mora nesta comunidade desde que nasceu?

- a - Sim
- b – Não – Local de origem: _____

8) Em caso do opção 02 da questão 06, cite o motivo da escolha da comunidade para habitar:

- a – Tranqüilidade
- b – Imóvel, terra a baixo custo
- c – Na comunidade tem trabalho

- d - Proximidade com Manaus
- e - Escola para nossos filhos
- f - Posto médico
- g- Temos uma aposentadoria ou pensão que dá para vivermos na vila.
- h – Casou-se com alguém da comunidade

9) Houve, na família, migração para Manaus?

- a – Sim – Especificar grau de parentesco _____
- b - Não

10) Alguém foi para Manaus e voltou?

- a – Sim – Especificar grau de parentesco _____
- b - Não

11) Fonte de renda Familiar: (Especificar valores mensais)

- a – Agricultura: R\$ _____
- b – Pensão: R\$ _____
- c – Aposentadoria: R\$ _____
- d – Extrativismo: R\$ _____
- e – Pesca: R\$ _____
- f – Pecuária: R\$ _____
- g - Comércio R\$ _____
- h - Func. Público R\$ _____
- i - Cart. Assinada R\$ _____
- j - Bolsa Família: R\$ _____
- l – Outros: R\$ _____
- Total: R\$ _____

12) Já trabalhou ou trabalha com agricultura?

- a – Sim
- b – Não

13) Local de prática de agricultura:

- a – Lago
- b – Estrada
- c - Ambos

14) Se desistiu de trabalhar com agricultura, especifique o motivo:

- a - baixo rendimento
- b - falta de mercado
- c - terra infértil
- d - problemas de escoamento
- e - Não gosto de agricultura
- f - Não temos ajuda do governo

- g - Não éramos donos da terra
- h - quis vender a terra
- i - simplesmente me aposentei

15) Propriedade:

- a – Própria
- b – Posseiro
- c – Arrendatário

16) Cultura (s) produzida (s):

17) Pratica pesca (1) ou extrativismo (2)? _____ Para que fins?

- a – Comercial
- b- Autoconsumo
- c – Para ambos os fins

Dados adicionais

18) Escolaridade da pessoa de referência:

- a – Analfabeto
- b – Fundamental Incompleto
- c – Fundamental Completo
- d – Médio Incompleto
- e – Médio Completo
- f – Superior Cursando
- g – Superior Completo
- h – Pós-Graduado

19) Nível de satisfação com a comunidade:

- a – baixo
- b – médio
- c - alto

20) Se sente habitante de zona rural ou urbana? Justifique _____

Informações adicionais:

Assinatura do entrevistado: _____

ANEXO 04 - CARTA IMAGEM DO MUNICÍPIO DE IRANDUBA

